Marítima Seguros S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011

KPMG Auditores Independentes
Março de 2013
KPDS 55089

Conteúdo

Relatório do Conselho de Administração 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas 9

Balanços patrimoniais consolidados 11

Demonstrações consolidadas do resultado 12

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente 13

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido 14

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa 15

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas 16

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras consolidadas da Marítima Seguros S.A., referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Essas demonstrações consideram, de forma consolidada, a subsidiária integral Marítima Saúde Seguros S.A.

I. Perfil

A Marítima Seguros S.A., que completou 69 anos de fundação no último dia 8 de outubro, destaca-se como uma das líderes do mercado na área de Seguros juntamente com a sua subsidiária integral, Marítima Saúde Seguros S.A., com atuação nos segmentos de automóvel, riscos patrimoniais, saúde e vida.

II. Conjuntura Econômica

No cenário econômico global, os principais blocos econômicos continuaram a sofrer as consequências da crise instalada em 2008, contudo, 2012 apresentou sinais de melhora.. Houve severas medidas de ajuste fiscal por parte do Banco Central Europeu nas economias dos principais países sob sua influência, que estão no centro da crise como Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda, Italia ,dentre outros. Outra ação de destaque foi o esforço do governo norte-americano em garantir o aumento do teto da dívida do país, evitando o que poderia ter sido uma crise mundial sem precedentes, propiciando a economia americana continuar gerando esforços para retomada deseu crescimento. Em face do desaquecimento da economia no bloco europeu e nos Estados Unidos, a China manteve suas taxas de crescimento em patamares razoáveis, principalmente devido aos seus esforços de incrementar e incentivar parte de sua produção ao mercado interno. Todas essas medidas amenizaram a alta percepção de risco mundial, no entanto, as condições gerais de crédito e fluxo de investimentos ainda seguem desfavoráveis aos países desenvolvidos. Tais movimentos geraram também efeitos sobre o comportamento de empresas e consumidores brasileiros, levando o Banco Central a praticar sucessivas quedas na taxa básica de juros até chegar atualmente ao patamar recorde de 7,25% ao ano com intuito de estimular a produção e arrefecer a guerra cambial internacional. Somou-se a essas medidas outras para expansão da demanda tais como desoneração da folha de pagamento e incentivos fiscais como isenção do IPI destinados a alguns setores. Mesmo com essas ações expansionistas as projeções a respeito de crescimento do PIB nacional são bastante tímidas, fechando o ano de 2012 em aproximadamente 1%.

Mesmo em face da conjuntura acima, o mercado de seguros brasileiro continuou a crescer a taxa de dois dígitos, demonstrando a sua potencialidade para os próximos anos. Nesse sentido, o Grupo Marítima encerrou o exercício de 2012 com o total de R$1,7 bilhão em Prêmios de Seguros, representando crescimento de 12,7% quando comparado ao exercício de 2011.

III. Planejamento Estratégico

O mercado de seguros Brasileiro é um dos mais promissores do mundo em termos de crescimento e potencial de rentabilidade. Para tal, o Grupo Marítima perseguirá as seguintes prioridades estratégicas durante os próximos anos:

- Aumentar a conscientização da sua proposta de valor perante seus parceiros estratégicos;
- Inserir padrões de serviços consistentes em todas as interações com seus corretores e segurados;
- Refinar a linha de produtos e serviços criando soluções inovadoras e adaptando a linha atual à evolução das necessidades do consumidor de seguros;
- Expandir e fortalecer o canal de distribuição através de treinamento, ferramentas de apoio, programas de relacionamento e incentivo;
- Fortalecer a comunicação da marca para atingir uma maior audiência e maior reconhecimento;
- Melhorar a eficiência operacional através da modernização tecnológica visando competitividade e agilidade;
- Desenvolver e fortalecer o capital intelectual, visando à criação de competências essenciais e forte liderança dos nossos gestores.

Projeto CSC: A Companhia iniciou no final de 2011 o Projeto CSC – Central de Soluções Corporativas, com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, bem como reduzir suas despesas administrativas com o intuito de tornar-se mais competitiva no mercado. Em 2012 o projeto avançou como previsto sobretudo nas frentes relacionadas às atividades de backoffice. A previsão para sua conclusão é de 3 anos.

IV. Governança Corporativa

O Grupo Marítima continua desenvolvendo esforços no sentido de fortalecer cada vez mais a sua Governança Corporativa. Para garantir a eficácia em seus processos a Companhia conta com uma estrutura que vem sendo aprimorada, destacando-se como principais ações: (i) O fortalecimento de uma estrutura de Controles Internos, *Compliance* e Gestão de Riscos; (ii) Auditoria Interna contratada da empresa Deloitte Touche Tohmatsu, com o objetivo principal de efetuar testes de aderência dos controles internos mapeados; (iii) Criação de vários comitês visando o aprimoramento e estudos internos para apoiar a tomada de decisões de forma conjunta, bem como, formalizar as práticas de governança e o acompanhamento dos resultados.

Ouvidoria: Em 20 de Outubro de 2012 a Ouvidoria do Grupo Marítima completou 8 anos de existência. Nesse período, tornou-se um importante canal de comunicação onde os segurados e corretores podem manifestar suas opiniões e críticas sobre produtos e serviços, contribuindo assim para a melhoria e o aperfeiçoamento de processos internos e aprimorando o atendimento da seguradora. Nos segmentos de automóvel, vida e ramos elementares a Companhia recebeu 622 demandas de segurados e corretores, sendo que 65% delas foram, atendidas e consideradas procedentes.

<u>Código de Ética</u>: Visa nortear as atividades da Companhia coibindo as práticas desleais e abuso de poder nas relações de consumo, a fim de fortalecer as relações de confiança, honestidade e respeito.

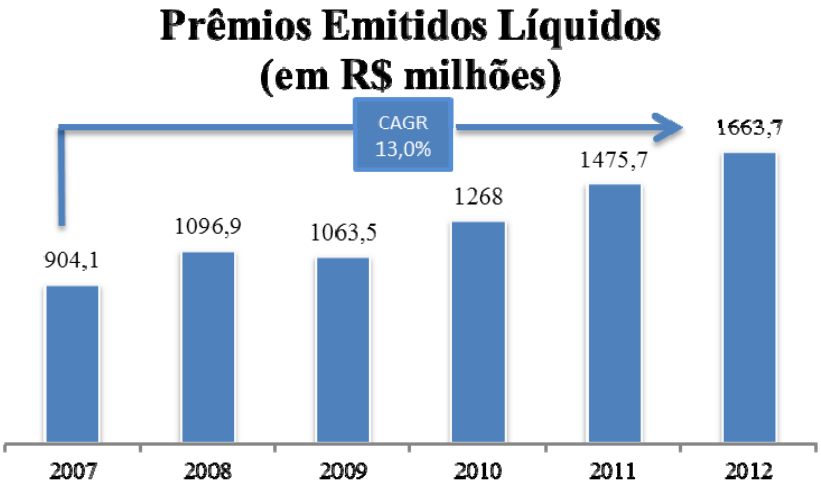
<u>Canal de denúncias</u>: Os Canais de Denúncia da Marítima têm como objetivo receber denúncias diretas ou anônimas, relacionadas à violação ao Código de Ética, operações suspeitas de fraude e dos crimes de lavagem de dinheiro e informações acerca de eventual descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora. Os Canais de Denúncia estão disponíveis a todos os colaboradores, segurados, prestadores de serviços, terceiros, corretores de seguros e outros interessados. A denúncia pode ser realizada através de telefone, *intranet* e *internet*, sendo garantido o anonimato ao denunciante.

V. Desempenho Econômico

As demonstrações financeiras refletiram um excelente desempenho para um ano marcado pelo crescimento do segmento acima do PIB projetado de cerca de 1%, com um resultado operacional satisfatório. Abaixo demonstramos os principais indicadores econômicos da Marítima Seguros:

Evolução das Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros

(Em R$ milhões)	2011	%	2012	%	Variação %
Provisão de Prêmios	474,0	54,2	503,0	52,5	6,1
Provisão de Sinistros / IBNR	400,3	45,8	454,6	47,5	13,2
TOTAL	**874,3**	**100**	**957,6**	**100**	**9,4**

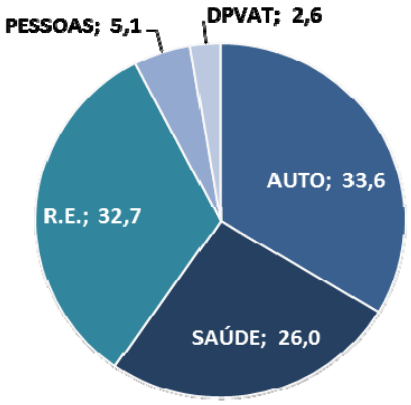


Prêmios Emitidos Líquidos: O Grupo Marítima apresenta crescimento de 12,7% em prêmios emitidos líquidos no ano de 2012, quando comparado ao ano anterior. Esse crescimento é oriundo de um excelente desempenho na carteira de Pessoas com 15,5%, Automóvel com 15,9% e Saúde com 12,5%, conforme tabela a seguir:

Prêmios Emitidos Líquidos

(Em R$ milhões)	2011	%	2012	%	Variação %
AUTO	482,6	32,7	559,2	33,6	15,9
SAÚDE	385,3	26,1	433,3	26,0	12,5
R.E.	494,5	33,5	543,8	32,7	10,0
PESSOAS	72,8	4,9	84,1	5,1	15,5
DPVAT	40,5	2,7	43,3	2,6	6,8
CONSOLIDADO	1.475,7	100,0	1.663,7	100,0	12,7

Portfólio 2012
Prêmios Emitidos Líquidos



A Companhia possui um “mix” diversificado em sua carteira de produtos, que é originada principalmente através de seu principal canal de distribuição, contando com cerca de 18 mil corretores ativos. Essa carteira encontra-se estrategicamente distribuída nas principais cidades do país, que concentram aproximadamente 80% do PIB brasileiro, ou seja, região com maior potencial econômico para o mercado segurador.

Lucro Líquido: Através do esforço comum de todas as áreas da Companhia, foi alcançado o lucro líquido de R$ 27,5 milhões, 17,72% superior ao de 2011.

Índice combinado: O percentual obtido pelo total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, outras despesas e receitas operacionais, despesas com tributos e despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 104,9%, mantendo-se em linha com o ano anterior.

Dividendos: O Estatuto Social da Companhia prevê a compensação dos prejuízos acumulados como condição primária na destinação do lucro líquido para a constituição da reserva legal, distribuição de dividendos obrigatórios e constituição da reserva estatutária. Também prevê a destinação da reserva estatutária para a amortização de eventuais prejuízos, desde que, deliberada por Assembleia Geral ou Conselho de Administração.

Política de Reinvestimento de Lucros: A Companhia tem como objetivo reverter seus lucros para fazer frente ao projeto CSC, e para os próximos 10 anos elaborou plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração que contempla o reinvestimento necessário para viabilização do referido projeto.

VI. Recursos Humanos

A Companhia encerrou o ano de 2012 com 1.345 funcionários na Marítima Seguros e 246 funcionários na Marítima Saúde. O turnover anual da empresa foi de 1,52%.

Desenvolvimento de Pessoas: Através de 3.799 treinamentos a Companhia capacitou seus colaboradores no ano de 2012.

Treinamento a Corretores: Com a finalidade de manter a proximidade com nossos corretores de seguros e potencializar a produção de novos negócios, a empresa também investe significativamente em treinamento para este público. Neste ano, tivemos um total de 13.610 corretores independentes participando de treinamentos nos ramos de Automóvel, Ramos Elementares, Saúde, Vida e técnicas de vendas.

VII. Prêmios de Reconhecimento

Destacamos os principais prêmios de reconhecimento recebidos pelo Grupo Marítima durante o exercício de 2012:

- Prêmio Segurador Brasil, nas categorias "Melhor Desempenho em Seguro de Vida Individual”, “Melhor desempenho em Seguro Condomínio” e “Melhor Desempenho em Seguro de Riscos Diversos".

- Prêmio “Fornecedores de Confiança 2012” para Marítima Saúde.

A Marítima Seguros é contemplada mais uma vez com o "Troféu Gaivota de Ouro", desta vez em duas modalidades:

- Excelência em Maior Rapidez na Liquidação de Sinistros;
- Excelência em Melhor Atendimento aos Corretores de Seguros.

VIII Acordo para Aquisição da Marítima Seguros S.A pelo Grupo SOMPO JAPAN

Em 25 de Janeiro de 2013, foi firmado acordo para aquisição pelo Grupo SOMPO JAPAN, através da Yasuda Seguros S.A., de parte das ações detidas pelo Grupo Vidigal na Marítima Seguros S.A.

Atualmente, o controle da Marítima Seguros S.A. é compartilhado entre o Grupo Vidigal e Grupo SOMPO JAPAN e, a partir da assinatura do acordo, o Grupo SOMPO JAPAN passará a ser o único controlador.

Após a aquisição de parte das ações detidas pelo Grupo Vidigal, Marítima Seguros e Yasuda Seguros continuarão a ser duas empresas com operações independentes, pertencentes ao Grupo SOMPO JAPAN, sendo a primeira voltada para o seguimento de massificados e a segunda com atuação forte no segmento corporativo do mercado segurador brasileiro. Posteriormente, serão definidas estratégias de colaboração e sinergia entre ambas, de forma a executar as ações operacionais de maneira mais eficiente, com o objetivo de ampliar a participação no mercado, bem como será definido também o novo organograma da Marítima Seguros.

O Sr. Francisco Caiuby Vidigal permanece como Presidente do Conselho de Administração e o Sr. Francisco Caiuby Vidigal filho assume a Presidência da Diretoria da Marítima Seguros S.A., com aprovação do Grupo SOMPO JAPAN. Informamos ainda que o Diretor Executivo da Marítima Seguros, Sr. Mikio Okumura, tomará posse como Diretor Presidente da Yasuda Seguros. As nomeações precisarão ser ratificadas nas Assembleias das empresas e, posteriormente, homologadas pelos órgãos reguladores.

A operação de compra e vendas das ações está sujeita à aprovação do CADE, SUSEP e ANS no Brasil e do órgão regulador japonês.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 13 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Marítima Seguros S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Marítima Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Marítima Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB.*

Reapresentação dos valores correspondentes
Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 2 (2.2), em decorrência da retificação na apresentação de determinados instrumentos financeiros e da compensação dos ativos e passivos fiscais correntes e diferidos, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e os saldos iniciais do balanço patrimonial em 1° de janeiro de 2011 (que foram derivados das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010), apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

São Paulo, 16 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC 1RJ079849/O-3

Marítima Seguros S.A.

Balanços patrimoniais consolidados

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1° de janeiro de 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011 Reapresentado	1/1/2011 Reapresentado
Ativo				
Circulante		**1.337.935**	**1.143.398**	**766.829**
Disponível		**11.317**	**9.827**	**6.465**
Caixa e bancos		11.317	9.827	6.465
Aplicações	**4**	**863.031**	**682.588**	**421.773**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**5**	**249.039**	**243.480**	**182.930**
Prêmios a receber		238.947	219.472	173.296
Operações com seguradoras		2.365	1.947	2.326
Operações com resseguradoras	**6**	4.909	13.682	4.690
Outros créditos operacionais		2.818	8.379	2.618
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	**6**	**59.764**	**65.037**	**41.558**
Títulos e créditos a receber		**13.432**	**15.150**	**10.114**
Títulos e créditos a receber		1.243	1.573	2.067
Créditos tributários e previdenciários	**7**	12.189	13.577	8.047
Outros créditos operacionais		**1.227**	**1.350**	**1.507**
Outros créditos		1.227	1.350	1.507
Outros valores e bens		**21.742**	**16.808**	**12.387**
Bens à venda	**8**	19.376	13.717	11.411
Outros valores		2.366	3.091	976
Despesas antecipadas		**816**	**600**	**423**
Custos de aquisição diferidos	**9**	**117.567**	**108.558**	**89.672**
Ativo não circulante		**349.314**	**437.334**	**567.740**
Realizável a longo prazo		**284.920**	**362.119**	**488.658**
Aplicações	**4**	**48.987**	**152.488**	**324.814**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**5**	**478**	**784**	**15**
Prêmios a receber		478	784	15
Outros créditos operacionais	**5**	**347**	**284**	**265**
Outros créditos		347	284	265
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	**6**	**28.765**	**18.159**	**13.398**
Títulos e créditos a receber		**203.539**	**186.822**	**146.329**
Títulos e créditos a receber		-	-	3.367
Créditos tributários e previdenciários	**7**	69.838	67.319	63.529
Depósitos judiciais e fiscais	**10**	133.701	119.503	79.433
Custos de aquisição diferidos	**9**	**2.804**	**3.582**	**3.837**
Seguros		2.804	3.582	3.837
Investimentos		**1.230**	**1.230**	**3.382**
Participações societárias		1.230	1.230	1.230
Imóveis destinados a renda		-	-	2.152
Imobilizado	**11**	**45.474**	**48.974**	**45.118**
Imóveis de uso próprio		28.803	29.156	30.028
Bens móveis		13.703	16.005	10.175
Outras imobilizações		2.968	3.813	4.915
Intangível	**12**	**17.690**	**25.011**	**30.582**
Outros Intangíveis		17.690	25.011	30.582
Total do Ativo		**1.687.249**	**1.580.732**	**1.334.569**

	Nota	2012	2011 Reapresentado	1/1/2011 Reapresentado
Passivo				
Circulante		959.789	906.689	709.617
Contas a pagar		55.819	57.128	61.374
Obrigações a pagar	**13**	16.595	16.221	18.928
Impostos e encargos sociais a recolher	**18**	24.259	23.569	19.242
Encargos trabalhistas		10.129	8.902	8.295
Empréstimos e financiamentos	**17**	1.617	2.209	2.161
Impostos e contribuições	**18**	315	-	3.790
Outras contas a pagar	**18**	2.904	6.227	8.958
Débito das operações com seguros e resseguros		84.454	93.785	57.805
Prêmios a restituir		5.210	2.086	239
Operações com seguradoras		4.209	508	559
Operações com resseguradoras	**15**	29.054	49.497	23.887
Corretores de seguros e resseguros		42.035	35.387	27.400
Outros débitos operacionais		3.946	6.307	5.720
Depósitos de terceiros	**16**	8.299	5.055	9.433
Provisões técnicas - Seguros	**14**	811.217	750.721	581.005
Danos		695.377	649.114	521.774
Saúde		112.760	98.747	56.407
Vida individual		3.080	2.860	2.824
Passivo não Circulante		303.984	280.207	257.045
Contas a pagar		25.563	40.882	44.921
Obrigações a pagar	**13**	7.278	4.646	191
Empréstimos e financiamentos	**17**	3.958	5.524	581
Outras contas a pagar	**18**	14.327	30.712	44.149
Débitos das Operações de Seguros e Resseguros		119	-	-
Corretores de seguro e resseguro		119	-	-
Provisões técnicas - Seguros	**14**	146.446	123.665	106.551
Danos		138.960	116.988	106.551
Pessoas		7.486	6.677	-
Outros débitos		131.856	115.660	105.573
Provisões judiciais	**19**	131.856	115.660	105.573
Patrimônio líquido	**20**	423.476	393.836	367.907
Capital social		385.499	385.499	385.499
Custo de transação		(7.256)	(7.256)	(7.256)
Reservas de capital		15	15	15
Reservas de lucro		29.358	1.119	-
Ajustes de avaliação patrimonial		3.772	1.722	(706)
Lucros acumulados		12.088	12.737	(9.645)
Participação de controladores		418.743	389.414	363.749
Participação de não controladores		4.733	4.422	4.158
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**1.687.249**	**1.580.732**	**1.334.569**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marítima Seguros S.A.

Demonstrações dos resultados consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2012	2011
Prêmios emitidos líquidos	21.1	1.663.762	1.475.677
Variação das provisões técnicas	21.2	(28.812)	(93.553)
Prêmios ganhos	21.3	**1.634.950**	**1.382.124**
Receita com emissão de apólices		37.355	43.344
Sinistros ocorridos	21.4	(1.044.489)	(895.373)
Custo de aquisição	21.5	(329.042)	(288.873)
Outras despesas operacionais	21.6	(59.768)	(31.610)
Outras receitas operacionais	21.6	17.414	4.694
Resultado com resseguro	21.7	(7.630)	(1.962)
Receita com resseguro		48.598	48.010
Despesa com resseguro		(56.228)	(49.972)
Despesas administrativas	21.8	(292.446)	(250.736)
Despesas com tributos	21.9	(34.113)	(29.829)
Despesas financeiras	21.10	(24.709)	(29.040)
Receitas financeiras	21.10	137.580	135.307
Resultado patrimonial		395	530
Resultado operacional		**35.497**	**38.576**
Ganhos e perdas com ativos não correntes		(170)	(613)
Resultado antes dos impostos		**35.327**	**37.963**
Imposto de renda	22	(4.729)	(8.737)
Contribuição social	22	(3.051)	(5.825)
Lucro líquido no exercício		**27.547**	**23.401**
Resultado do exercício atribuível a:			
Acionistas Controladores		**27.236**	**23.137**
Acionistas não Controladores		**311**	**264**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marítima Seguros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital social	Custos de transação	Reservas		Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores
			de Capital	de Lucros					
Saldos em 1° de janeiro de 2011	**385.499**	**(7.256)**	**15**	**-**	**(706)**	**(9.645)**	**367.907**	**363.749**	**4.158**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	2.428	-	2.428	2.428	-
Reversão da realização da reserva de avaliação	-	-	-	-	-	100	100	100	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.401	23.401	23.137	264
Destinação dos lucros									
Reserva legal	-	-	-	56	-	(56)	-	-	-
Reserva estaturária	-	-	-	1.063	-	(1.063)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**385.499**	**(7.256)**	**15**	**1.119**	**1.722**	**12.737**	**393.836**	**389.414**	**4.422**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	2.050	-	2.050	2.050	-
Reversão da realização da reserva de avaliação	-	-	-	-	-	43	43	43	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.547	27.547	27.236	311
Proposta para destinação dos lucros aprovada pela Administração:									
Reserva legal	-	-	-	1.411	-	(1.411)	-	-	-
Reserva estaturária	-	-	-	26.828	-	(26.828)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**385.499**	**(7.256)**	**15**	**29.358**	**3.772**	**12.088**	**423.476**	**418.743**	**4.733**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marítima Seguros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	**27.547**	**23.401**
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	3.418	4.047
Imposto de renda e contribuição social	(1.368)	(1.619)
	2.050	2.428
Resultados abrangentes total	**29.597**	**25.829**
Resultado do exercício atribuível a:		
Acionistas Controladores	29.286	25.565
Acionistas não Controladores	311	264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marítima Seguros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Atividades Operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	35.327	37.963
Ajustes para:		
Depreciação	5.332	5.176
Amortização	6.950	6.791
Variação das provisões técnicas - seguros e resseguros	51.954	106.439
Reversão da perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(1.671)	(90)
Outros	253	100
Lucro líquido ajustado	**98.145**	**156.379**
Aplicações	(76.942)	(88.849)
Créditos das operações de seguros e resseguro	(3.522)	(61.091)
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	(5.333)	(28.240)
Títulos e créditos a receber	1.582	2.061
Outros valores e bens	(4.934)	(4.421)
Despesas antecipadas	(216)	(177)
Custos de aquisição diferidos	(8.231)	(18.631)
Depósitos judiciais e fiscais	(14.198)	(40.070)
Obrigações a pagar	3.006	1.748
Encargos trabalhistas	1.227	607
Empréstimos e financiamentos	16.706	23.348
Impostos e encargos sociais a recolher	690	4.327
Impostos e contribuições	315	(3.790)
Outras contas a pagar	(19.708)	(16.168)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(9.212)	35.980
Depósitos de terceiros	3.244	(4.378)
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	37.531	82.104
Provisões judiciais	16.196	10.087
Ajuste dos títulos e valores mobiliários	2.050	2.428
Caixa Gerado pelas Operações	**38.396**	**53.254**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.581)	(23.795)
Caixa Gerado pelas Operações	**21.815**	**29.459**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(2.753)	(10.071)
Imóveis destinado a renda	-	2.152
Ativo intangível	(507)	(1.582)
Alienação de imobilizado	921	1.039
Baixa intangível	878	362
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento	**(1.461)**	**(8.100)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de passivo de arrendamento financeiro	(18.864)	(18.357)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento	**(18.864)**	**(18.357)**
Aumento líquido de caixa e bancos	**1.490**	**3.002**
Caixa e bancos no início do exercício	**9.827**	**6.465**
Caixa e bancos final do exercício	**11.317**	**9.827**
Aumento líquido de caixa e bancos	**1.490**	**3.362**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marítima Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Marítima Seguros S.A. (doravante referida, também, como "Companhia" ou "Controladora") tem por objeto social operar com seguros dos ramos elementares, vida e pessoas, em todo território nacional.

A Companhia é controladora da Marítima Saúde Seguros S.A. com a qual compartilha parcela significativa de sua estrutura operacional e administrativa, que tem por objeto social a exploração das operações de seguro do ramo de assistência à saúde, tendo sido constituída nos termos da Lei nº 10.185 em 12 de fevereiro de 2001.

Nas presentes demonstrações financeiras consolidadas o termo "Grupo" é utilizado para designar a Companhia e sua controlada.

A Yasuda S.A, subsidiária do Grupo Sompo Japan no Brasil, detém uma participação total no capital da Marítima Seguros de 54,80%, sendo 50,00% das ações ordinárias e 70,31% das ações preferenciais. Em 25 de janeiro de 2013, foi firmado entre os acionistas controladores da Marítima Seguros S.A. e a Yasuda Seguros S.A., subsidiária do Grupo Sompo no Brasil, contrato de compra e venda de 16.477.114 ações da Marítima Seguros S.A. pelo valor de R$ 200 milhões. Dessa forma, a Yasuda passa a deter uma participação no capital da Marítima Seguros de 88,22%, sendo 87,02% das ações ordinárias e 92,11% das ações preferenciais. A aquisição do controle acionário pelo Grupo Sompo, ocorrerá mediante a autorização da SUSEP, CADE e órgão regulador do Japão.

A Companhia e sua controlada são sociedades anônimas de capital fechado situadas no Brasil com sede na Rua Coronel Xavier de Toledo nºs 114 e 140, São Paulo.

2 Base de elaboração e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o padrão contábil internacional (*conhecido como International Financial Reporting Standards - IFRS)* estabelecido pelo *International Accounting Standards Board - IASB* na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (doravante referido como *IFRS*). Em 2012, a Companhia optou por apresentar as demonstrações de fluxos de caixa (DFC) pelo método indireto. Para fins de comparabilidade, o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, está sendo apresentado pelo método indireto.

Essas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2013.

2.2 Reclassificação nas informações correspondentes

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, originalmente emitidas em 14 de março de 2012, estão sendo retificadas, em conformidade com a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e retificação de erro e a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência dos seguintes assuntos:

i) Reclassificação de Caixa e equivalente de caixa para Aplicações

Em 2011, a Companhia apresentou determinados instrumentos financeiros como caixa e equivalente de caixa. Entretanto, os valores apresentados como caixa e equivalente de caixa apesar de ser parte do volume total de investimentos da Companhia, não atendiam cumulativamente aos critérios: (i) finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo; (ii) alta liquidez prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e (iii) com um insignificante risco de mudança de valor (ou seja, cujo vencimento dos papéis base sejam no máximo 3 meses a partir da data de aplicação).

ii) Reclassificação de instrumentos financeiros de ativo não circulante para circulante

Em 2011, a Companhia apresentou no ativo não circulante determinados instrumentos financeiros classificados na categoria “valor justo por meio do resultado”. Entretanto, devido ao fato de que a Companhia tinha a intenção de negociar os referidos instrumentos financeiros no decorrer do seu ciclo operacional anual, e mantinha os mesmos com o propósito de serem negociados, tais valores deveriam ter sido apresentados no ativo circulante.

iii) Compensação de ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

Em 2011, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos foram apresentados de forma segregada no balanço patrimonial sem ter sido considerado que a Companhia detinha o direito legalmente executável de compensá-los. Consequentemente, devido ao fato de a Companhia entender que detém esse direito de compensação, esses saldos estão sendo compensados e reapresentados no balanço patrimonial.

Tais reclassificações, bem como a compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos não afetaram o resultado, o patrimônio líquido ou qualquer *covenant* contratual da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações financeiras originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora retificadas:

	2011			2010		
	Publicado anteriormente	Saldo reclassificado	Saldo ajustado	Publicado anteriormente	Saldo reclassificado	Saldo ajustado
Ativo						
Circulante	**873.338**	**270.060**	**1.143.398**	**788.489**	**(21.660)**	**766.829**
Disponível	**9.827**	**-**	**9.827**	**6.465**	**-**	**6.465**
Equivalente de caixa	**152.175**	**(152.175)**	**-**	**51.522**	**(51.522)**	**-**
Aplicações	**242.552**	**440.036**	**682.588**	**369.151**	**52.622**	**421.773**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**243.480**	**-**	**243.480**	**182.930**	**-**	**182.930**
Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	**65.037**	**-**	**65.037**	**41.558**	**-**	**41.558**
Títulos e créditos a receber	**32.951**	**(17.801)**	**15.150**	**32.874**	**(22.760)**	**10.114**
Títulos e créditos a receber	1.573	-	1.573	2.067	-	2.067
Créditos tributários e previdenciários	31.378	(17.801)	13.577	30.807	(22.760)	8.047
Outros créditos operacionais	**1.350**	**-**	**1.350**	**1.507**	**-**	**1.507**
Outros valores e bens	**16.808**	**-**	**16.808**	**12.387**	**-**	**12.387**
Despesas antecipadas	**600**	**-**	**600**	**423**	**-**	**423**
Custos de aquisição diferidos	**108.558**	**-**	**108.558**	**89.672**	**-**	**89.672**
Ativo não circulante	**736.432**	**(299.098)**	**437.334**	**581.781**	**(14.041)**	**567.740**
Realizável a longo prazo	**661.217**	**(299.098)**	**362.119**	**502.699**	**(14.041)**	**488.658**
Aplicações	**440.349**	**(287.861)**	**152.488**	**325.914**	**(1.100)**	**324.814**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**784**	**-**	**784**	**15**	**-**	**15**
Outros créditos operacionais	**284**	**-**	**284**	**265**	**-**	**265**
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	**18.159**	**-**	**18.159**	**13.398**	**-**	**13.398**
Títulos e créditos a receber	**198.059**	**(11.237)**	**186.822**	**159.270**	**(12.941)**	**146.329**
Títulos e créditos	-	-	-	3.367	-	3.367
Créditos tributários e previdenciários	78.556	(11.237)	67.319	76.470	(12.941)	63.529
Depósitos judiciais e fiscais	119.503	-	119.503	79.433	-	79.433
Custos de aquisição diferidos	**3.582**	**-**	**3.582**	**3.837**	**-**	**3.837**
Investimentos	**1.230**	**-**	**1.230**	**3.382**	**-**	**3.382**
Imobilizado	**48.974**	**-**	**48.974**	**45.118**	**-**	**45.118**

Intangível	**25.011**	**-**	**25.011**	**30.582**	**-**	**30.582**
Total do Ativo	**1.609.770**	**(29.038)**	**1.580.732**	**1.370.270**	**(35.701)**	**1.334.569**

	2011			2010		
Passivo	**Publicado anteriormente**	**Saldo reclassificado**	**Saldo ajustado**	**Publicado anteriormente**	**Saldo reclassificado**	**Saldo ajustado**
Circulante	**924.490**	**(17.801)**	**906.689**	**732.377**	**(22.760)**	**709.617**
Contas a pagar	**74.929**	**(17.801)**	**57.128**	**84.134**	**(22.760)**	**61.374**
Obrigações a pagar	16.221	-	16.221	18.928	-	18.928
Impostos e encargos sociais a recolher	23.569	-	23.569	29.760	(10.518)	19.242
Encargos trabalhistas	8.902	-	8.902	8.295	-	8.295
Empréstimos e financiamentos	2.209	-	2.209	2.161	-	2.161
Impostos e contribuições	17.801	(17.801)	-	16.032	(12.242)	3.790
Outras contas a pagar	6.227	-	6.227	8.958	-	8.958
Débito das operações com seguros e resseguros	**93.785**	**-**	**93.785**	**57.805**	**-**	**57.805**
Depósitos de terceiros	**5.055**	**-**	**5.055**	**9.433**	**-**	**9.433**
Provisões técnicas - Seguros	**750.721**	**-**	**750.721**	**581.005**	**-**	**581.005**
Passivo não Circulante	**291.444**	**(11.237)**	**280.207**	**269.986**	**(12.941)**	**257.045**
Contas a pagar	**52.119**	**(11.237)**	**40.882**	**57.862**	**(12.941)**	**44.921**
Obrigações a pagar	4.646	-	4.646	191	-	191
Tributos diferidos	11.237	(11.237)	-	12.941	(12.941)	-
Empréstimos e financiamentos	5.524	-	5.524	581	-	581
Outras contas a pagar	30.712	-	30.712	44.149	-	44.149
Provisões técnicas - Seguros	**123.665**	**-**	**123.665**	**106.551**	**-**	**106.551**
Outros débitos	**115.660**	**-**	**115.660**	**105.573**	**-**	**105.573**
Patrimônio líquido	**393.836**	**-**	**393.836**	**367.907**	**-**	**367.907**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**1.609.770**	**(29.038)**	**1.580.732**	**1.370.270**	**35.701**	**1.334.569**

2.3 Base para mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com IFRS exige que a Administração faça julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

- Nota 4 – Aplicações
- Nota 5 – Créditos das operações com seguros e resseguros
- Nota 7.2 – Créditos tributários de prejuízo fiscais e base negativa da Contribuição Social
- Nota 14 – Provisões técnicas
- Nota 19 – Provisões judiciais

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas.

3.1 Base de consolidação

Entende-se como subsidiárias aquelas empresas sobre as quais a Companhia exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio seja inferior a 50%.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Marítima Seguros S.A. e de sua controlada integral Marítima Saúde Seguros S.A.

Saldos, ganhos não realizados oriundos de transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas relativas a transações intergrupo, são eliminadas integralmente na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na controlada.

A participação de terceiros no patrimônio líquido consolidado é apresentada como “Participações dos acionistas não controladores” no balanço patrimonial consolidado e nas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido. Essa participação no lucro do exercício é apresentada como “Resultado atribuível aos acionistas não controladores” na demonstração do resultado abrangente.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos.

3.3 Ativo financeiro

Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial de acordo com as categorias:

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- Ativos financeiros disponíveis para a venda;
- Empréstimos e recebíveis.

3.3.1 Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros

A Administração, por meio de sua política de investimentos financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo.

Os ativos financeiros são classificados de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios:

3.3.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros designados nesta categoria são reconhecidos pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

A Companhia não realizou transações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2012 e 2011.

3.3.3 Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos pelo seu valor justo. Os efeitos da variação do valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados dentro do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Quando um investimento classificado nessa categoria é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

Um declínio significativo ou uma perda por um período prolongado no valor justo dos ativos financeiros classificados nessa categoria é transferido do resultado abrangente para o resultado do exercício.

3.3.4 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento, caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de divida até o vencimento. A Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado nessa categoria em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

3.3.5 Empréstimos e recebíveis

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradores e cosseguradoras.

A recuperabilidade dos recebíveis é testada, no mínimo, a cada data de balanço segregando-se os valores a receber por classe de contratos e risco de crédito similar. Quando necessário, uma provisão é constituída para redução ao valor recuperável, calculada conforme metodologia de perda com base no modelo de 'perdas incorridas'.

Essa metodologia conhecida também como "*Roll Rate Model*" leva em consideração a análise de acompanhamento de créditos e inadimplência histórica dos últimos 12 (doze) meses, onde os estudos estatísticos são atualizados para refletir os montantes que seriam recuperáveis em última instância até que todos os esforços de cobrança sejam executados e atribuindo-se percentuais de perda distintos para cada faixa de vencimento.

Os estudos são revisados semestralmente e não levam em consideração eventuais perdas futuras ou potenciais e que não tenham sido identificadas evidências objetivas de perda durante o período de reporte até a data de balanço.

A provisão para risco sobre crédito com operações de cosseguro aceito é constituída para os valores pendentes de recebimento por mais de 365 dias.

3.3.6 Determinação do valor justo

i. Títulos privados (exceto quotas de fundos de investimentos)

O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo:

- Para os CDB's pós-fixados em certificado de depósito interbancário (CDI), além dos componentes principais descritos acima, a precificação considera também as características de resgate

- Para os CDB's sem cláusula de resgate antecipado as operações são comparadas diariamente a um intervalo de aceitação de spreads que podem representar mudanças no mercado e terá por base o desvio padrão dos spreads dos negócios observados nos últimos três meses além das variações nas cotações. Os DPGE's pós-fixados em CDI têm a mesma metodologia de cálculo

- Para os CDB's com cláusula de resgate antecipado uma taxa determinada, utiliza-se a taxa da operação

- Para as Letras Financeiras pós-fixados em IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo considera-se três componentes principais: (i) projeção do índice IPCA, (ii) taxa de mercado e (iii) Spread de crédito. A fonte primária para a projeção do índice IPCA é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA); para o Cupom IPCA utiliza-se a curva proveniente das NTN-B's obtida na ANBIMA

A metodologia de cálculo adotada é a mesma dos CDB's pós-fixados em CDI sem cláusula de resgate antecipado.

ii. Títulos públicos

- Com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

iii. Quotas de fundos de investimentos

- O valor unitário da quota dos fundos de investimento abertos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável.

iv. Ações de companhias abertas

- Com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociadas no pregão da BM&FBOVESPA.

3.4 Ativos e passivos de resseguros

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime o Grupo de honrar suas obrigações perante aos segurados.

Os ativos de resseguros compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado e (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos Resseguradores.

Os passivos são compostos basicamente por prêmios de resseguros cedidos, líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função de ocorrências de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes.

Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço de forma individualizada.

3.5 Bens à venda – (Salvados)

Alguns contratos de seguro transferem à Companhia direito sobre determinados ativos danificados, decorrentes de um evento de sinistro, cujo segurado foi ou será indenizado. Tais ativos são denominados salvados. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda. O valor justo é determinado tomando-se por base o valor de referência da tabela FIPE, deduzido dos respectivos custos para colocação do bem a venda.

Os salvados não vendidos que permanecem no estoque por um período superior a 180 dias sofrem uma desvalorização por redução do valor recuperável quando comparado ao valor justo reconhecido inicialmente. Essa desvalorização é reconhecida como provisão para perda do valor recuperável em contrapartida do resultado

3.6 Investimentos

Refere-se à participação mantida no IRB Brasil Resseguros S.A.

3.7 Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados para a condução dos negócios, incluindo ativos objetos de contratos de arrendamento mercantil que tenham sido registrados neste grupo em função da classificação como “arredamento mercantil financeiro”.

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo atribuído (*demeed cost*) que foi reconhecido no primeiro ano de adoção dos IFRS, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Softwares de informática adquiridos que sejam parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Estes custos são amortizados à taxa de 20% ao ano.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período dentro do grupo “Ganhos e perdas com ativos não correntes”.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Imóveis: de 25 a 35 anos.
- Móveis, utensílios, máquinas e equipamento: 10 anos.
- Equipamentos de informática e veículos: 5 anos.

3.8 Intangível

Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de softwares ou sistemas de informática cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento incluem custos de pessoal de informática, custos de empréstimos obtidos junto a agentes financiadores e custos pagos a terceiros, incrementais, para tal desenvolvimento.

Os custos com planejamento, definição de hardware, especificações de software, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que varia entre 3 a 7 anos, a partir da data em que o sistema entra em operação (veja nota explicativa 12).

3.9 Recuperabilidade de ativos financeiros

A Companhia avalia no mínimo a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros.

- Para os ativos classificados como disponíveis para a venda, a perda mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor na data-base, menos quaisquer perdas registradas previamente, é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do exercício.

- Para prêmios a receber é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, calculada de forma coletiva e que considera, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber.

3.10 Análise de recuperabilidade de ativos não financeiros

Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros, são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável.

É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.11 Provisões técnicas

O cálculo das provisões técnicas é efetuado com base em critérios, parâmetros e formulações descritas em Notas Técnicas Atuariais (NTA) específicas.

Descrição abreviada:

i. A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelos prêmios comerciais retidos proporcionais ao período ainda não decorrido, calculada pelo método "*pro rata die*".

ii. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) corresponde aos prêmios estimados dos riscos vigentes, mas cujas apólices ainda não foram emitidas. Essa estimativa é baseada em cálculos atuariais que levam em consideração os atrasos observados das apólices emitidas.

iii. A Provisão de Riscos Não Expirados (PRNE) é calculada "*pro rata die*", com base nos prêmios líquidos emitidos, proporcionais ao período de risco a decorrer até o fim de vigência da apólice, para os seguros de vida individual.

iv. A Provisão de Riscos Não Expirados para os Riscos Vigentes e Não Recebidos

(PRNE-RVNR) corresponde aos prêmios líquidos estimados das apólices ou faturas vigentes e ainda não emitidas. Essa estimativa é baseada em cálculos atuariais que levam em consideração os atrasos observados na emissão das apólices de vida individual.

v. A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) deverá ser constituída se for constatada insuficiência da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), constituída na data base de cálculo, frente aos sinistros a ocorrer. O cálculo da PIP é baseado na comparação entre a PPNG constituída liquida das despesas, administrativa e comercial, da comissão e dos cancelamentos, e o resultado observado e projetado dos riscos das apólices vigentes na data base.

vi. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para pagamento dos sinistros ocorridos e avisados até a data base de cálculo, através da estimativa das indenizações reclamadas ou pelo valor determinado na apólice, acrescida das despesas para regulação e liquidação de sinistro. Os valores a serem ressarcidos por conta do resseguro são reconhecidos simultaneamente a constituição da PSL e apresentados no ativo circulante na rubrica "Ativos de resseguro – Provisões Técnicas".

vii. Os valores referentes às indenizações de sinistros que se encontram em discussão judicial são alocados na Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSLj), que inclui estimativa para cobrir, também, além daqueles sinistros judiciais, os custos associados e atualizações monetárias em caso de perda das ações judiciais em curso. A PSLj contempla o valor em risco das ações com base em fatores que consideram a probabilidade de perda e o período transcorrido de tramitação judicial, brutos de recuperação de resseguro. Ao valor provisionado são acrescidos os honorários de sucumbência à razão de 10% e atualização monetariamente mensalmente pelo índice do Tribunal Judiciário do Estado de São Paulo (TJESP), acrescida de juros simples de 0,5% ao mês até 12/2002 e 1% ao mês após 12/2002. Os valores a serem ressarcidos por conta de resseguro são reconhecidos simultaneamente à constituição da PSLj, sendo registrados no ativo não circulante.

viii. A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (também conhecida como IBNR– *Incurred But Not Reported*) é calcula pela metodologia de triangulação de Run Off , constituída com base em estudos atuariais que consideram a experiência histórica de 60 (sessenta) meses nas operações de seguros de danos, responsabilidades e vida e de 24 (vinte e quatro) meses nos seguros de saúde, sendo tomadas as datas, para cada sinistro, de ocorrência e de aviso, e do valor de pagamento ou do valor anotado na PSL ou PSLj.

ix. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde. Esta provisão é calculada em caso de morte do titular do plano, alocando ao(s) beneficiário(s) o direito a continuação dos benefícios antes percebidos pelo segurado. O saldo a ser provisionado se baseia em cálculo do valor atual atuarial utilizando a idade do beneficiário na data da morte do titular e o prazo de remissão contratado.

3.11.1 Teste de adequação dos passivos - TAP

Conforme requerido pelo IFRS 4 a cada data de balanço deve ser elaborado o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para todos os contratos de seguros em curso na data-base do teste.

Este teste consiste em calcular os valores atuais dos fluxos de passivos, de prêmios e sinistros, segregados em seguros de danos e pessoas, e compará-los com as respectivas provisões técnicas. Para os prêmios são verificados os registrados e os futuros, não sendo compensados os fluxos, e são elaborados considerando como valor contábil todos os passivos dos contratos de seguros, deduzidos os custos de aquisição diferidos e os ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões, segregados em seguros de danos e pessoas.

O TAP considera premissas atuais e a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e acessórias para liquidação de sinistros.

Na realização do TAP dos contratos de seguros, as recuperações de salvados (não incluindo os ativos recuperados que se encontram em estoque de salvados na data – base do teste) são consideradas como um elemento de fluxo de caixa.

Neste teste, a metodologia considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, brutos de resseguro, trazidos a valor presente pela taxa de juros ETTJ definida pela SUSEP, incluindo as despesas diretas e indiretas para liquidação de sinistros.

O teste de adequação dos passivos não apresentou insuficiências nas provisões técnicas já constituídas na data base de 31 de dezembro de 2012.

3.12 Empréstimos e financiamentos

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem ao Grupo parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro.

Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, que na prática é o valor contratado. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo do prazo das operações.

Nos contratos de arrendamento financeiro o ativo, objeto do contrato, é registrado e um passivo correspondente é reconhecido considerando o valor dos aluguéis mínimos a serem pagos no contrato.

O Grupo aluga diversos imóveis de terceiros em contratos de arrendamento mercantil operacional para condução de seus negócios em diversas localidades do país. As contraprestações desses contratos são reconhecidas no resultado do período em que são devidos.

Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo.

3.13 Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados incluem:

- Benefícios de curto prazo, tais como ordenados, salários e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos) relativos aos atuais empregados.

- Benefícios por desligamento: Os benefícios monetários são reconhecidos no momento do desligamento. Adicionalmente, o Grupo concede benefícios de seguro saúde para ex-funcionários por prazo determinado na Convenção Sindical e para os diretores.

  Os custos esperados destes benefícios são mensurados com base em premissas atuariais que levam em consideração a idade e sobrevivência dos beneficiários e históricos médios de utilização de serviços hospitalares, entre outros fatores e são registrados contabilmente como despesas.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação nas demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

3.15 Provisões judiciais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável.

As obrigações legais objeto de ações judiciais fiscais são provisionadas pelo valor provável de desembolso futuro de caixa independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

3.16 Passivos e ativos contingentes

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

3.17 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

3.17.1 Classificação dos contratos de seguro

Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelos qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto especifico que possa afetá-lo adversamente.

Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro do IFRS 4.

3.17.2 Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos) são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

A contabilização das operações de cosseguro aceito, retrocessão e do ramo DPVAT são realizadas com base nas informações recebidas das congêneres, do IRB-Brasil Resseguros S.A. e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes nas mesmas bases. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelo IRB – Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos a análise da Companhia e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas a análise pelos demais resseguradores.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

3.17.3 Participações sobre o resultado

O valor das participações dos funcionários no resultado do período é provisionado por estimativa baseada na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria ou no programa de participação nos lucros e resultados, aquele que resultar maior valor, sendo ajustado quando do efetivo pagamento.

4 Aplicações

	2012	%	2011	%	1/1/2011	%
Ativos financeiros						
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	739.880	81%	552.343	66%	303.866	41%
Ativos financeiros disponíveis para venda	172.138	19%	282.733	34%	442.721	59%
Total do circulante e não circulante	**912.018**	**100%**	**835.076**	**100%**	**746.587**	**100%**

4.1 Vencimentos dos ativos financeiros

	2012			
	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	**Vencíveis 1 a 2 anos**	**Vencíveis acima 2 anos**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**227.249**	**23.977**	**488.654**	**739.880**
Títulos públicos federais	-	22.371	488.654	511.025
Quotas de fundos de investimentos abertos	168.168	-	-	168.168
Títulos privados - Depósito a prazo com garantia especial – DPGE	26.050	-	-	26.050
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários (*)	33.031	1.606	-	34.637
Disponível para venda	**131.816**	**38.540**	**1.782**	**172.138**
Títulos públicos federais	109.468	38.540	1.782	149.790
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários (*)	4.018	-	-	4.018
Ações	11.358	-	-	11.358
Títulos privados - Letras Financeiras	6.972	-	-	6.972
Total circulante e não circulante	**359.065**	**62.517**	**490.436**	**912.018**

	2011			
	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	**Vencíveis 1 a 2 anos**	**Vencíveis acima 2 anos**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**264.483**	**27.958**	**259.902**	**552.343**
Títulos públicos federais	-	-	259.902	259.902
Quotas de fundos de investimentos abertos	180.573	-	-	180.573
Títulos privados - Depósito a prazo com garantia especial – DPGE	28.435	27.958	-	56.393
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários (*)	55.475	-	-	55.475
Disponível para venda	**130.245**	**115.629**	**36.859**	**282.733**
Títulos públicos federais	79.495	102.981	36.859	219.335
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários (*)	-	6.516	-	6.516
Títulos privados - Depósito a prazo com garantia especial – DPGE	27.434	-	-	27.434
Ações	23.316	-	-	23.316
Títulos privados - Letras Financeiras	-	6.132	-	6.132
Total circulante e não circulante	**394.728**	**143.587**	**296.761**	**835.076**

(*) A Companhia possui o montante de R$ 8.665 (R$ 6.516 em 2011) relativo a Certificado de Depósito Bancários oferecidos em garantia judicial, os quais estão classificados no longo prazo.

4.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	2012			2011		
Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	**Valor do custo atualizado**	**Ajuste a valor justo**	**Valor justo / contábil**	**Valor do custo atualizado**	**Ajuste a valor justo**	**Valor justo /contábil**
Aplicações						
Títulos públicos federais	502.845	8.180	511.025	257.698	2.204	259.902
Quotas de fundos de investimentos abertos	168.168	-	168.168	180.573	-	180.573
Títulos Privados - Depósito a prazo com garantia especial – DPGE	26.040	10	26.050	56.556	(163)	56.393
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	34.631	6	34.637	55.473	2	55.475
Total circulante e não circulante	**731.684**	**8.196**	**739.880**	**550.300**	**2.043**	**552.343**

4.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

	2012		
Ativos financeiros disponíveis para venda	**Valor do investimento atualizado**	**Ajuste a valor justo**	**Valor justo/ contábil**
Títulos públicos federais	144.994	4.796	**149.790**
Ações	10.089	1.269	**11.358**
Títulos privados - Letras financeiras	6.754	218	**6.972**
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	4.018	-	**4.018**
Total circulante e não circulante	**165.855**	**6.283**	**172.138**

	2011		
Ativos financeiros disponíveis para venda	**Valor do investimento atualizado**	**Ajuste a valor justo**	**Valor justo/ contábil**
Títulos públicos federais	215.393	3.942	**219.335**
Títulos privados - Depósito a prazo com garantia especial – DPGE	27.428	6	**27.434**
Ações	24.541	(1.225)	**23.316**
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	6.516	-	**6.516**
Títulos privados - Letras financeiras	5.990	142	**6.132**
Total circulante e não circulante	**279.868**	**2.865**	**282.733**

4.4 Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

A divulgação por nível, relacionada a mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis.

- **Nível 1**: Preços cotados (não acumulados) em mercados ativos;

- **Nível 2**: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

- **Nível 3**: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

	2012		2011	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**-**	**739.880**	**-**	**552.343**
Títulos públicos federais	-	511.025	-	259.902
Valores mobiliários privados - Quotas de fundos de investimentos abertos	-	168.168	-	180.573
Títulos Privados - Depósito a prazo com garantia especial – DPGE	-	26.050	-	56.393
Títulos Privados - Certificados de depósitos bancários	-	34.637	-	55.475
Ativos financeiros disponíveis para venda	**11.358**	**160.780**	**23.316**	**259.417**
Títulos públicos federais	-	149.790	-	219.335
Títulos Privados - Letras Financeiras	-	6.972	-	6.132
Títulos Privados - Certificados de depósitos bancários	-	4.018	-	6.516
Ações	11.358	-	23.316	-
Títulos Privados - Depósito a prazo com garantia especial – DPGE	-	-	-	27.434
	11.358	**900.660**	**23.316**	**811.760**

4.5 Movimentação das aplicações financeiras

Saldo em 1º de janeiro de 2011	**746.587**
Aplicações	850.993
Resgates	(856.548)
Rendimentos	98.871
Ganho/Perda das Ações	(8.892)
Ajuste a valor justo - Disponível para venda	4.065
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**835.076**
Aplicações	962.128
Resgates	(989.442)
Rendimentos	100.838
Ajuste a valor justo - Disponível para venda	3.418
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**912.018**

4.6 Desempenho da carteira de aplicações

A Administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando como parâmetro o *benchmark* da variação do CDI comparado com a rentabilidade sobre o valor justo dos seus ativos financeiros.

Em dezembro de 2012, o desempenho global da carteira de investimentos atingiu 12,3% no acumulado do período, representando 145,8% do CDI que foi de 8,40%, o que representou um aumento de performance de 21,8% em relação ao mesmo período anterior. Em 2011 o desempenho da carteira foi de 13,9% no ano, representando 119,7% do CDI.

5 Crédito das operações com seguros e resseguros e outros créditos operacionais

Composição dos créditos das operações com seguros	**2012**	**2011**
Prêmios a receber de segurados	248.723	228.938
Operações com seguradoras	5.706	5.208
Operações com resseguradoras	4.909	13.796
Outros créditos operacionais	3.165	8.663
Total	**262.503**	**256.605**
Provisão para riscos de créditos *(imparidade)* sobre:		
Prêmios a receber de segurados	(9.298)	(8.682)
Prêmios a receber de seguradoras	(3.341)	(3.261)
Sinistros a recuperar de resseguradoras	-	(114)
Total	**(12.639)**	**(12.057)**
Total do circulante e não circulante	**249.864**	**244.548**

5.1 Prêmios a receber

Movimentação dos prêmios a receber de segurados	**2012**	**2011**
Saldo de prêmios a receber em 1º de janeiro	**228.938**	**175.270**
(+) Prêmios emitidos	1.812.300	1.625.321
(+) IOF	91.199	97.020
(-) Recebimentos	(1.743.588)	(1.524.779)
(-) Prêmios cancelados	(140.126)	(143.894)
Saldo de prêmios a receber em 31 de dezembro	**248.723**	**228.938**

6 Ativos de resseguros - Provisão técnicas e Operações com resseguradoras

Composição dos ativos de resseguro	**2012**	**2011**
Sinistros a recuperar	57.157	53.238
Sinistros administrativos pendentes de liquidação	29.337	34.927
Sinistros em discussão judicial	22.585	13.380
Sinistros pagos	5.235	4.931
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR	3.299	2.946
Provisão de benefícios a regularizar	121	76
Outros créditos	(326)	8.866
Subtotal	**60.251**	**65.126**
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(114)
Subtotal	**60.251**	**65.012**
Prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas	32.150	30.927
Prêmios de resseguros diferidos das apólices não emitidas	1.037	939
Subtotal	**33.187**	**31.866**
Total do circulante e não circulante	**93.438**	**96.878**

7 Créditos tributários e previdenciários

	2012	**2011**	**1/1/2011**
Créditos tributários de diferenças temporárias (nota 7.1)	48.610	42.150	35.168
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social (nota 7.2)	15.576	18.048	24.183
Créditos de PIS e COFINS	8.834	8.839	6.376
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.427	2.899	3.828
Outros créditos tributários	2.247	6.267	248
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(2.006)	(1.898)	-
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	2.339	4.591	1.773
Total do circulante e não circulante	**82.027**	**80.896**	**71.576**

Movimentação de créditos tributários e previdenciários

	Saldo em 1/1/2011	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2011	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.828	2.991	(3.920)	2.899	14.521	(10.993)	6.427
Créditos de PIS e COFINS	6.376	18.468	(16.005)	8.839	1.952	(1.957)	8.834
Créditos tributários de diferenças temporárias	35.168	64.796	(57.814)	42.150	10.527	(4.067)	48.610
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	24.183	-	(6.135)	18.048	2.706	(5.178)	15.576
Outros	248	10.909	(4.890)	6.267	421	(4.441)	2.247
Provisão para redução do valor recuperável	-	(1.898)	-	(1.898)	(108)	-	(2.006)
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	1.773	4.489	(1.671)	4.591	-	(2.252)	2.339
	71.576	**99.755**	**(90.435)**	**80.896**	**30.019**	**(28.888)**	**82.027**

Tendo em vista que os tributos diferidos oriundos de diferenças temporárias decorrem, substancialmente, das provisões judiciais, o prazo de sua realização está condicionado ao desfecho das ações judiciais em andamento. No quadro abaixo se apresenta a natureza da origem dos tributos diferidos.

7.1 Tributos diferidos

	2012			
	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	Total
Provisão para contingências fiscais	89.159	22.290	13.374	35.664
Variação do valor justo sobre ativos financeiros	277	69	42	111
Provisão para contingências cíveis	24.527	6.131	3.679	9.810
Provisão para riscos sobre depósitos judiciais	6.908	1.727	1.036	2.763
Provisão para riscos sobre créditos	12.752	3.188	1.913	5.101
Provisão para valor recuperável de salvados	6.540	1.635	981	2.616
Provisão para contingências trabalhistas	5.230	1.307	784	2.091
Provisão para valor recuperável de créditos tributários	2.006	501	301	802
Provisão para participação nos lucros	2.726	681	408	1.089
Outras provisões	9.660	2.415	1.449	3.864
Total	**159.785**	**39.944**	**23.967**	**63.911**
Tributos diferidos passivos	(38.252)	(9.563)	(5.738)	(15.301)
Total	**121.533**	**30.381**	**18.229**	**48.610**

	2011			
	Base de cálculo	**IRPJ 25%**	**CSLL 15%**	**Total**
Provisão para contingências fiscais	80.050	20.013	12.008	32.021
Variação do valor justo sobre ativos financeiros	(2.001)	(501)	(300)	(801)
Provisão para contingências cíveis	16.984	4.247	2.548	6.795
Provisão para riscos sobre depósitos judiciais	6.416	1.604	962	2.566
Provisão para riscos sobre créditos	11.080	2.770	1.662	4.432
Provisão para valor recuperável de salvados	5.163	1.291	774	2.065
Provisão para contingências trabalhistas	3.991	998	599	1.597
Provisão para valor recuperável de créditos tributários	1.898	475	285	760
Provisão para participação nos lucros	2.510	628	377	1.005
Outras provisões	7.330	1.843	1.104	2.947
Total	**133.421**	**33.368**	**20.019**	**53.387**
Tributos diferidos passivos	**(28.092)**	**(7.023)**	**(4.214)**	**(11.237)**
Total	**105.329**	**26.345**	**15.805**	**42.150**

7.2 Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social

A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização destes créditos, como demonstrado abaixo:

7.2.1 Origem dos créditos tributários de prejuízos fiscais

	Prejuízos fiscais	
Ano da constituição do crédito	**Base de cálculo**	**Crédito tributário de prejuízos fiscais**
2009	39.355	9.839
2010	2.834	708
2011	548	138
Total	**42.737**	**10.685**

7.2.2 Origem dos créditos tributários sobre base negativa de CSLL

	Base negativa de CSLL	
Ano da constituição do crédito	**Base de cálculo**	**Crédito tributário sobre base negativa CSLL**
2009	29.227	4.384
2010	2.834	424
2011	548	83
Total	**32.609**	**4.891**

7.2.3 Cronograma de realização

	Prejuízos fiscais	**Base negativa de contribuição social**	**Saldo final do período**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.685	4.891	15.576
2013	(2.713)	(1.627)	11.236
2014	(2.213)	(1.328)	7.695
2015	(4.618)	(1.936)	1.141
2016	(1.141)	-	-

8 Bens à venda - (Salvados)

8.1 Composição do estoque	**2012**	**2011**
Salvados a venda	25.915	18.880
Redução do valor recuperável	(6.539)	(5.163)
Total	**19.376**	**13.717**

8.2 Movimentação		
Saldo em 1º de janeiro	**13.717**	**11.411**
Adições	48.335	38.662
Baixas	(39.371)	(37.413)
Perda/ganho na alienação	(995)	3.169
Variação da provisão de redução de valor recuperável	(1.377)	(1.453)
Cancelamentos e devoluções	(933)	(659)
Saldos em 31 de dezembro	**19.376**	**13.717**

8.3 Período em aberto (*aging*)

	2012		
***Aging* de Salvados**	**Valor bruto**	**Redução ao valor recuperável**	**Valor Líquido**
De 1 a 30 dias	5.653	-	5.653
De 31 a 60 dias	5.780	-	5.780
De 61 a 180 dias	8.100	(157)	7.943
De 181 a 365 dias	2.351	(2.351)	-
Superior a 365 dias	4.031	(4.031)	-
Total	**25.915**	**(6.539)**	**19.376**

	2011		
***Aging* de Salvados**	**Valor bruto**	**Redução ao valor recuperável**	**Valor Líquido**
De 1 a 30 dias	4.296	-	4.296
De 31 a 60 dias	4.637	-	4.637
De 61 a 180 dias	5.158	(468)	4.690
De 181 a 365 dias	1.357	(1.335)	22
Superior a 365 dias	3.432	(3.360)	72
Total	**18.880**	**(5.163)**	**13.717**

8.4 Composição

	2012	**2011**
Automóvel	20.370	13.173
Responsabilidade civil facultativa	4.325	4.591
Demais ramos	1.220	1.116
Total	**25.915**	**18.880**

9 Custos de aquisição diferidos

	2012	**2011**
Automóveis	39.076	36.445
Demais ramos elementares	78.487	73.425
Pessoas	1.576	1.262
Saúde	1.232	1.008
Total	**120.371**	**112.140**

Movimentação	
Saldo em 1º de janeiro de 2011	**93.509**
(+) Constituição	25.389
(-) Reversões	(6.758)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**112.140**
(+) Constituição	20.261
(-) Reversões	(12.030)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**120.371**

Realização do custo de aquisição diferidos das operações de seguros

Descrição	**2012**						
	1 - 3 meses	**4 - 6 meses**	**7 - 9 meses**	**10 - 12 meses**	**1 - 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Automóveis	18.044	12.103	6.889	2.020	20	-	39.076
Ramos Elementares	31.288	23.179	14.812	6.424	2.479	305	78.487
Pessoas	834	398	267	77	-	-	1.576
Saúde	25	260	330	617	-	-	1.232
Total	**50.191**	**35.940**	**22.298**	**9.138**	**2.499**	**305**	**120.371**

Descrição	**2011**						
	1 - 3 meses	**4 - 6 meses**	**7 - 9 meses**	**10 - 12 meses**	**1 - 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Automóveis	15.856	11.273	7.035	2.254	27	-	36.445
Ramos Elementares	29.501	21.593	13.586	5.190	3.179	376	73.425
Pessoas	691	317	198	56	-	-	1.262
Saúde	425	344	202	37	-	-	1.008
Total	**46.473**	**33.527**	**21.021**	**7.537**	**3.206**	**376**	**112.140**

10 Depósitos judiciais e fiscais

	2012	2011
Fiscal	112.623	102.395
Trabalhista	1.468	1.572
Cíveis	7.145	2.017
Sinistros	12.465	13.519
Total	**133.701**	**119.503**

11 Imobilizado

		2012		
Composição	**% Depreciação a.a.**	**Valor Bruto**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**
Imóveis de uso próprio	2,7% a 4%	31.701	(2.898)	28.803
Sistemas aplicativos	20%	18.744	(11.240)	7.504
Móveis, máquinas e utensílios	10%	11.996	(8.894)	3.101
Instalação	10%	11.835	(8.867)	2.968
Equipamentos	20%	6.209	(5.082)	1.127
Veículos	20%	2.485	(1.484)	1.002
Telecomunicações	10%	1.598	(1.225)	373
Refrigeração	10%	1.060	(464)	596
Total		**85.628**	**(40.154)**	**45.474**

		2011		
Composição	**% Depreciação a.a.**	**Valor Bruto**	**Depreciação acumulada**	**Valor líquido**
Imóveis de uso próprio	2,7% a 4%	31.701	(2.545)	29.156
Equipamentos	20%	18.039	(9.117)	8.922
Sistemas aplicativos	20%	13.842	(11.878)	1.964
Instalação	10%	11.834	(8.021)	3.813
Telecomunicações	10%	11.342	(8.622)	2.720
Refrigeração	10%	2.907	(1.614)	1.293
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.587	(1.110)	477
Veículos	20%	939	(310)	629
Total		**92.191**	**(43.217)**	**48.974**

Movimentação

	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Instalações	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2011	**30.029**	**10.173**	**4.916**	**45.118**
(+) Adições	-	10.071	-	10.071
(-) Baixas	-	(920)	(119)	(1.039)
(-) Depreciação	(873)	(3.319)	(984)	(5.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**29.156**	**16.005**	**3.813**	**48.974**
(+) Adições	-	2.753	-	2.753
(-) Baixas	-	(921)	-	(921)
(-) Depreciação	(353)	(4.134)	(845)	(5.332)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**28.803**	**13.703**	**2.968**	**45.474**

12 Intangível

Composição

	2012	2011
Sistemas de Computação	53.011	52.505
Amortização Acumulada	(35.321)	(27.494)
Total	**17.690**	**25.011**

Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2011	**30.582**
(+) Adições	1.582
(-) Amortização	(6.791)
(-) Baixas	(362)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**25.011**
(+) Adições	507
(-) Amortização	(6.950)
(-) Baixas	(878)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**17.690**

13 Obrigações a pagar

	2012	2011
	23.873	**20.867**
Fornecedores	8.224	9.220
Outras obrigações	5.404	2.470
Imposto de renda a pagar (cruzados bloqueados)	3.537	3.306
Participação nos lucros	2.726	2.636
Honorários, remunerações e gratificações	2.189	1.585
Participação nos lucros corretores	1.002	890
Honorários advocatícios	506	494
Aluguéis	285	266

14 Provisões técnicas

	2012		
	Bruto de Resseguro	**Parcela Ressegurada**	**Líquido de Resseguro**
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	503.057	33.187	469.870
Provisão de sinistros a liquidar - Administrativo (PSL)	230.772	29.337	201.435
Provisão de sinistros a liquidar - Judicial (PSLJ) (*)	123.927	22.585	101,342
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	92.126	3.299	88.827
Provisão de benefícios a regularizar	1.893	121	1.772
Outras provisões	5.888	-	5.888
Total do circulante e não circulante	**957.663**	**88.529**	**869.134**

	2011		
	Bruto de Resseguro	**Parcela Ressegurada**	**Líquido de Resseguro**
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	474.083	31.866	442.217
Provisão de sinistros a liquidar - Administrativo (PSL)	225.050	34.927	190.123
Provisão de sinistros a liquidar - Judicial (PSLJ) (*)	100.254	13.380	86.874
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	71.377	2.946	68.431
Provisão de benefícios a regularizar	1.557	76	1.481
Outras provisões	2.065	-	2.065
Total do circulante e não circulante	**874.386**	**83.195**	**791.191**

(*) Inclui o montante de R$ 6.192 (R$ 5.070 em 2011**)** relativo a provisão de sinistros a liquidar do Sistema Único de Saúde - SUS**.**

Movimentação da provisão de sinistros em discussão judicial	**2012**		**2011**	
	Bruto de Resseguro	**Parcela ressegurada**	**Bruto de Resseguro**	**Parcela ressegurada**
Saldo do Início do exercício	95.184	13.380	72.181	9.308
Total Pago no Período	(8.383)	(233)	(20.027)	(2.010)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	14.384	422	19.512	1.929
Novas constituições no período	30.523	6.700	73.747	9.951
Baixa da provisão por êxito	(517)	(43)	(1.512)	(88)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	(8.102)	(1.505)	(29.205)	(3.781)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	9.030	4.286	-	-
Saldo final do exercício (*)	**117.735**	**22.585**	**95.184**	**13.380**

(*) Não inclui o montante de R$ 6.192 (R$ 5.070 em 2011**)** relativo a provisão de sinistros a liquidar do Sistema Único de Saúde – SUS.

Composição dos sinistros judiciais por classificação de risco

	2012		**2011**	
	Quantidade	**Provisão**	**Quantidade**	**Provisão**
Provável	704	75.385	790	64.737
Possível	1.331	41.486	1.104	29.567
Remota	460	864	519	880
Sub- Total	**2.495**	**117.735**	**2.413**	**95.184**

14.1. Movimentação das provisões técnicas

Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)	**Bruto de Resseguro**	**Parcela Ressegurada**	**Líquido de Resseguro**
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**474.083**	**31.866**	**442.217**
(+) Constituição	42.048	12.972	29.076
(-) Reversão	(13.074)	(11.651)	(1.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**503.057**	**33.187**	**469.870**

Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	**Bruto de resseguro**	**Resseguro**	**Líquido de resseguro**
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**325.304**	**48.307**	**276.997**
Sinistros avisados e ajustados no período	655.585	38.426	617.159
Sinistros pagos	(626.190)	(34.811)	(591.379)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**354.699**	**51.922**	**302.777**

Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Bruto de Resseguro	Parcela Ressegurada	Líquido de Resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**71.377**	**2.946**	**68.431**
(+) Constituição	23.161	1.244	21.917
(-) Reversão	(2.412)	(891)	(1.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**92.126**	**3.299**	**88.827**

Provisão de benefícios a regularizar	Bruto de Resseguro	Parcela Ressegurada	Líquido de Resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**1.557**	**76**	**1.481**
(+) Constituição	3.006	2.968	38
(-) Reversão	(2.670)	(2.923)	253
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**1.893**	**121**	**1.772**

14.2 Desenvolvimento de Sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

	Sinistros brutos de resseguro								
Bruto do efeito de resseguro	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**Total**
No final do ano do registro do sinistro	446.151	484.061	502.064	644.286	707.265	727.109	853.450	1.016.021	
Após um ano	451.497	491.888	503.877	624.516	700.195	717.318	845.599	-	
Após dois anos	473.343	489.812	490.116	624.406	721.802	718.007	-	-	
Após três anos	473.397	489.277	491.107	628.454	731.602	-	-	-	
Após quadro anos	469.699	489.412	493.367	628.972	-	-	-	-	
Após cinco anos	471.067	489.743	493.666	-	-	-	-	-	
Após seis anos	471.907	490.182	-	-	-	-	-	-	
Após sete anos	473.128	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos de sinistros									
No próprio ano	(401.698)	(438.204)	(426.732)	(520.911)	(562.775)	(581.718)	(658.032)	(798.249)	
Após um ano	(43.184)	(47.596)	(55.148)	(91.879)	(89.865)	(105.952)	(168.112)	-	
Após dois anos	(8.995)	(2.383)	(1.581)	(6.524)	(18.988)	(10.655)	-	-	
Após três anos	(6.404)	(566)	(2.531)	(969)	(7.895)	-	-	-	
Após quadro anos	(1.724)	(208)	(1.620)	(957)	-	-	-	-	
Após cinco anos	(1.952)	(151)	(521)	-	-	-	-	-	
Após seis anos	(3.013)	(781)	-	-	-	-	-	-	
Após sete anos	(2.081)	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos acumulados	(469.051)	(489.889)	(488.133)	(621.240)	(679.523)	(698.325)	(826.144)	(798.249)	
Reconciliação com o balanço patrimonial	4.077	293	5.533	7.732	52.079	19.682	19.455	217.772	326.623
DPVAT									22.839
Saúde (Sistema Único de Saúde - SUS)									6.192
Retrocessão									938
Provisão de sinistros a liquidar e benefícios a regularizar reconhecida no balanço patrimonial									**356.592**

	Sinistros líquidos de resseguro								
Bruto do efeito de resseguro	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**Total**
No final do ano do registro do sinistro	425.697	473.678	488.197	610.066	654.302	694.575	808.010	968.800	
Após um ano	431.287	479.481	487.476	585.148	645.061	684.959	796.800	-	
Após dois anos	449.818	479.044	480.898	584.971	663.122	689.124	-	-	
Após três anos	450.291	478.717	481.846	588.961	666.725	-	-	-	
Após quadro anos	447.253	478.908	483.461	589.525	-	-	-	-	
Após cinco anos	448.393	479.224	483.406	-	-	-	-	-	
Após seis anos	448.832	479.641	-	-	-	-	-	-	
Após sete anos	450.059	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos de sinistros									
No próprio ano	(383.733)	(430.817)	(422.563)	(504.172)	(524.822)	(567.836)	(639.975)	(782.521)	
Após um ano	(41.203)	(45.185)	(51.460)	(73.372)	(79.171)	(99.539)	(140.604)	-	
Após dois anos	(7.142)	(1.832)	(1.459)	(2.659)	(15.474)	(4.420)	-	-	
Após três anos	(6.142)	(533)	(2.521)	(955)	(7.590)	-	-	-	
Após quadro anos	(1.824)	(174)	(1.352)	(882)	-	-	-	-	
Após cinco anos	(1.531)	(148)	(457)	-	-	-	-	-	
Após seis anos	(2.621)	(766)	-	-	-	-	-	-	
Após sete anos	(2.025)	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos acumulados	(446.221)	(479.455)	(479.812)	(582.040)	(627.057)	(671.795)	(780.579)	(782.521)	
Reconciliação com o balanço patrimonial	3.838	186	3.594	7.485	39.668	17.329	16.221	186.279	274.600
DPVAT									22.819
Saúde (Sistema Único de Saúde – SUS)									6.192
Retrocessão									938
Provisão de sinistros a liquidar e benefícios a regularizar reconhecida no balanço patrimonial									**304.549**

14.3 Garantias das provisões técnicas

	2012	2011
Provisões técnicas	**957.663**	**874.386**
Parcela ressegurada - Nota 6	(88.529)	(83.195)
Direitos creditórios	(148.612)	(122.552)
Provisões retidas pelo IRB	(95)	(112)
Depósitos Judiciais	(12.399)	(9.855)
Provisões DPVAT	(43.572)	(35.179)
Total de Exclusões:	**(293.207)**	**(250.893)**
(=) Total a ser coberto	**663.000**	**623.493**
Ativos Garantidores		
Títulos de renda fixa - Públicos	659.256	470.655
Depósito a prazo com garantia especial	26.050	83.828
Certificados de depósitos bancários	29.992	40.771
Letras financeiras	6.972	6.132
Ações de companhias abertas	11.357	23.316
Quotas de fundos de investimentos abertos	122.302	94.716
Total de Aplicações	**855.929**	**719.418**
Imóveis, líquidos de depreciação	**4.694**	**4.884**
Total de ativos garantidores	**860.623**	**724.302**

15 Débitos das operações com resseguros

Débitos das operações com resseguradoras	**2012**	**2011**
Resseguradora local	24.329	40.940
Resseguradora admitida	4.657	8.526
Resseguradora eventual	68	31
Total	**29.054**	**49.497**

16 Depósitos de terceiros

	Cobrança antecipada de Prêmios		Prêmios e emolumentos		Outros depósitos		Total	
Aging	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
De 1 a 30 dias	1.413	1.540	5.474	2.884	-	-	6.887	4.424
De 31 a 60 dias	24	16	639	55	-	2	663	73
De 61 a 120 dias	26	49	208	50	-	26	234	125
De 121 a 180 dias	47	35	63	62	-	-	110	97
De 181 a 365 dias	91	153	99	1	-	32	190	186
Superior a 365 dias	8	2	1	2	206	146	215	150
Total	**1.609**	**1.795**	**6.484**	**3.054**	**206**	**206**	**8.299**	**5.055**

17 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e Financiamentos	Prazo	2012 Valor do Contrato	2012 Saldo a pagar circulante	2012 Saldo a pagar não circulante
Linha de Crédito BNDES	60 meses	2.256	47	-
Arrendamento mercantil financeiro	36 meses	7.513	1.570	3.958
Total		**9.769**	**1.617**	**3.958**

Empréstimos e Financiamentos	Prazo	2011 Valor do Contrato	2011 Saldo a pagar circulante	2011 Saldo a pagar não circulante
Linha de Crédito BNDES	60 meses	2.256	615	-
Arrendamento mercantil financeiro	36 meses	8.549	1.594	5.524
Total		**10.805**	**2.209**	**5.524**

Obrigações Contratuais de arrendamento mercantil	2012 Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	2012 Juros	2012 Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento		2011 Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	2011 Juros	2011 Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento
Menos de um ano	1.630	60	1.570	6% a a	1.670	76	1.594
Entre um e cinco anos	4.077	119	3.958	6% a a	5.703	179	5.524
	5.707	**179**	**5.528**		**7.373**	**255**	**7.118**

18 Impostos e encargos sociais a recolher, impostos e contribuições e outras contas a pagar

Composição	2012	2011	2010
PAES - parcelamento especial (*)	17.232	36.939	53.107
Impostos sobre operações financeiras	15.156	15.046	11.830
Imposto de renda e contribuição social	315	-	3.790
Contribuições previdenciárias	2.702	2.534	2.203
PIS e COFINS	2.603	2.332	1.918

Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.226	1.958	1.758
Outros impostos retidos	1.571	1.699	1.533
Total do circulante e não circulante	**41.805**	**60.508**	**76.139**

(*) Em 31 de julho de 2003, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial - PAES instituído pela Lei n.º 10.684 de 31 de maio de 2003, com o objetivo de parcelar valores de tributos e contribuições cuja exigibilidade estava sendo questionada nas esferas administrativa e judicial.

O montante das obrigações instituídas no PAES foi de R$ 117.618 (líquido da redução de multa de 50%). O parcelamento prevê o pagamento em até 180 parcelas mensais, conforme montantes e prazos previstos na legislação vigente, com vencimento final em 30 de junho de 2018.

Os valores estão sujeitos à atualização monetária com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

19 Provisões judiciais

Quantidades e valores envolvidos e provisionados por probabilidade de risco

	2012			2011		
Cíveis	**Quantidade**	**Valor Envolvido**	**Provisão**	**Quantidade**	**Valor Envolvido**	**Provisão**
Perda Provável	563	16.253	16.252	565	9.713	9.713
Perda Possível	667	33.540	-	517	17.320	-
Perda Remota	1.588	77.348	-	1.586	68.830	-
Total	**2.818**	**127.141**	**16.252**	**2.668**	**95.863**	**9.713**
Trabalhistas						
Perda Provável	47	5.230	5.230	33	3.991	3.991
Perda Possível	47	14.607	-	5	268	-
Perda Remota	12	850	-	3	444	-
Total	**106**	**20.687**	**5.230**	**41**	**4.703**	**3.991**
Fiscais						
Perda Provável	8	109.369	109.370	9	100.261	100.261
Perda Possível	1	14.115	-	1	13.321	-
Perda Remota	2	2.351	-	-	-	-
Total	**11**	**125.835**	**109.370**	**10**	**113.582**	**100.261**
Outras						
Perda Provável	111	1.004	1.004	125	1.695	1.695
Perda Possível	24	531	-	19	424	-
Perda Remota	27	2.602	-	43	2.714	-
Total	**162**	**4.137**	**1.004**	**187**	**4.833**	**1.695**

Total Geral						
Perda Provável	729	131.856	131.856	732	115.660	115.660
Perda Possível	739	62.793	-	542	31.333	-
Perda Remota	1.629	83.151	-	1.632	71.988	-
Total	**3.097**	**277.800**	**131.856**	**2.906**	**218.981**	**115.660**

19.1 Movimentação das provisões judiciais

	Provisões Judiciais								
Natureza	**Saldo em 1/1/2011**	**Principal**	**Encargos Moratórios**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2011**	**Principal**	**Encargos Moratórios**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2012**
1 - Fiscal	90.689	4.391	5.181	-	100.261	4.660	4.449	-	**109.370**
2 - Trabalhista	3.100	3.247	246	(2.602)	3.991	2.229	244	(1.234)	**5.230**
3 - Cíveis	9.778	2.625	1.686	(4.376)	9.713	10.800	1.766	(6.027)	**16.252**
4 - Outras	2.006	111	1.023	(1.445)	1.695	270	243	(1.204)	**1.004**
Total	**105.573**	**10.374**	**8.136**	**(8.423)**	**115.660**	**17.959**	**6.702**	**(8.465)**	**131.856**

19.2 Descrição resumida das principais ações judiciais da Companhia

Ações de natureza fiscal (Ações incluídas na Anistia Fiscal - Lei nº 11.941/2009)

A Companhia optou por desistir de determinadas ações judiciais nos termos da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, mediante pagamento à vista, em 30 de novembro de 2009, de débitos com a Receita Federal e com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Para adesão à anistia foram apresentadas petições de desistência das ações judiciais e respectivos processos administrativos, com renúncia ao direito sobre o qual estas se fundavam, sendo efetuados recolhimentos dos saldos devedores não contemplados por depósitos judiciais.

Para os pagamentos à vista a Lei previu redução de 100% das multas de mora e de ofício, 40% das multas isoladas, 45% dos juros de mora e 100% sobre o valor do encargo legal, em conformidade com as disposições mantidas nas Portarias Conjuntas PGFN/RFB n.º 06, 10, 11 e 13 de 2009. As ações que se beneficiaram do programa estabelecido pela Lei 11.941, estão relacionadas, basicamente, as seguintes discussões:

i. **COFINS** - Ação em que se discutia a desconstituição da renúncia da ação judicial efetuada no ano-calendário de 2003 em decorrência da adesão ao PAES, bem como em relação à ação de mandado de segurança que contesta a exigência da COFINS nos termos da Lei n.º 9.718/98, do período de maio de 2005 em diante

ii. **Tributos com exigibilidade suspensa** - Ação em que se pleiteava a dedução das despesas relacionadas aos tributos discutidos judicialmente na formação da base de cálculo do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) a partir do período base de 2001 e subsequentes

iii. **Artigo 29 da Lei 8.541/92** - Ação em que se discutia a tributação exclusiva das receitas e despesas das operações financeiras de renda variável previstas no art. 29 da Lei nº 8.541/92, possibilitando que tais receitas e despesas componham o lucro real referente a venda de ações em bolsa de valores

iv. **INSS** - Ação em que se discutia a incidência da contribuição previdenciária sobre os incentivos pagos por produtividade referente ao período de julho de 2001 a julho de 2005

v. **FINAM** - Autos de infração relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), em razão do não reconhecimento do direito ao incentivo fiscal relativo à destinação de parte do imposto recolhido ao Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, relativamente aos anos-calendário de 1998 e 1999.

Com relação às ações de que tratam os itens (iii) a (v) em referência, aguarda-se a liquidação de sentença, para homologação dos cálculos pela Receita Federal.

Já em relação às ações tratadas nos itens (i) - COFINS e (ii) Tributos com Exigibilidade Suspensa, a Receita Federal do Brasil (RFB) apresentou manifestações discordando da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para quitação dos tributos, tendo expedido cobranças em outubro de 2010, nos valores de R$ 7.845 e R$ 2.674, respectivamente.

De acordo com as autoridades fiscais da RFB, a Companhia não poderia ter utilizado parte da correção monetária dos depósitos judiciais para pagar o saldo principal dos tributos em questão, concomitante aos prejuízos fiscais para quitar a multa e os juros incidentes, consoante disposições contidas na Lei nº 11.941/2009 e Portaria Conjunta RFB PGFN nº 6/2009, muito embora não exista tal restrição nos referidos dispositivos.

Diante das cobranças em questão, a Companhia impetrou dois mandados de segurança, um para cada cobrança recebida, os quais possuem os seguintes andamentos:

i. **COFINS** - Distribuída a ação, sobreveio decisão concedendo a medida liminar suspendendo a cobrança efetuada pela RFB, a qual foi cassada por sentença, ensejando a garantia do crédito tributário por depósito judicial em 04/03/2011 no montante de R$ 8.142, já adicionado de multa e juros. Interposto recurso de apelação, aguarda-se atualmente o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

ii. **Tributos com exigibilidade suspensa-** Distribuída a ação, sobreveio decisão indeferindo a medida liminar pleiteada, decisão esta que foi objeto de Agravo de Instrumento ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que julgou improcedente a demanda. Diante da negativa, a Companhia depositou judicialmente em 22/12/2010 o montante de R$ 2.693. Atualmente aguarda-se julgamento do Mandato de Segurança.

Em decorrência das cobranças expedidas pela RFB, o saldo de depósito judicial a levantar nos processos originários oriundos dos cálculos da Anistia (R$ 5.062 referente ao COFINS e R$ 710 referente a Tributos com Exigibilidade Suspensa), que estavam contabilizados na rubrica "Títulos a crédito a receber" foram integralmente provisionados por meio da constituição de uma provisão para perda registrada na mesma rubrica.

PIS - Programa de Integração Social

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição para o PIS, exigida nos termos das Emendas Constitucionais - EC n.º 01/94, 10/96 e 17/97 e Lei nº 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, encontrando-se tais ações judiciais na seguinte situação processual:

No processo relativo à EC. 01/94 há sentença de 1° grau parcialmente procedente, sendo que os Recursos de Apelação interpostos pela Companhia e pela União Federal foram julgados improcedentes, ensejando a interposição dos recursos especial e extraordinária pela Companhia em 07/11/07 os quais atualmente aguardam julgamento de admissibilidade.

Referente à EC. 10/96 foi proferida sentença parcialmente procedente. Interposto Recursos de Apelação pela Companhia e pela União Federal, em março de 2010 foi proferida decisão monocrática pelo TRF3 dando provimento ao recurso de apelação da Companhia e negando provimento ao recurso de apelação da União Federal. Interposto agravo legal pela Companhia, sobreveio decisão negando provimento ao mesmo, fato que ensejou a oposição de embargos de declaração, os quais foram acolhidos para declarar a nulidade do acórdão anterior. Posteriormente, em 23.08.2011 foi proferida nova decisão dando provimento a apelação da União Federal ensejando a propositura dos recursos especial e extraordinário, os quais permanecem pendentes de julgamento de admissibilidade.

No processo que trata da EC 17/97 foi proferida sentença parcialmente procedente. Interposto Recursos de Apelação pela Companhia e pela União Federal, após o exame pelo Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 3ª Região acerca da arguição de inconstitucionalidade suscitada nos autos, sobreveio acórdão dando provimento à apelação da União Federal, o qual foi objeto de embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em face do acórdão rejeitando os embargos de declaração foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais permanecem pendentes de julgamento de admissibilidade.

Relativamente ao processo que trata da Lei nº 9.718/98 há sentença procedente para determinar o recolhimento do PIS nos termos da Lei Complementar nº 07/70. Interposto Recurso de Apelação pela União Federal, em novembro de 2010 foi proferido acórdão dando parcial provimento ao mesmo, sendo opostos Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados, ensejando a interposição dos recursos especial e extraordinário, cujo julgamento foi sobrestado para que se aguarde o julgamento do "*leading case*" - RE 609.096/RS pelo STF.

Para o período-base de junho de 1994 a junho de 1997, com base na opinião e orientação de seus assessores legais, a Companhia não constituiu provisão para os valores não recolhidos, no montante original de R$ 9.830, sobre receitas de prêmios e demais receitas de operações com seguros, em razão do reconhecimento de suspensão da exigibilidade pelas próprias Autoridades Fiscais e/ou da prescrição do direito de cobrança por parte da Fazenda, sendo constituída provisão sobre a parcela de receitas financeiras, acrescidos dos encargos moratórios.

Para o período-base de julho de 1997 a dezembro de 1997 e fevereiro de 1999 a março de 2000, com base na opinião e orientação de seus assessores legais, a Companhia reverteu a provisão constituída anteriormente em razão da declaração de decadência do direito da Fazenda por meio do processo administrativo nº 16327.000623/2005-52.

Ainda em relação ao exercício de 1999 e ao período de janeiro a março de 2000, a Companhia recebeu em junho de 2008 carta cobrança exigindo o recolhimento da Contribuição ao PIS no valor original de R$ 11.080, que teria sido objeto de declarações fiscais retificadoras não recolhidas. Em face desta cobrança foi impetrado mandado de segurança à época, sobrevindo decisão liminar suspendendo a exigibilidade do tributo em razão da prescrição do direito de cobrança da União Federal, decisão esta que foi cassada por sentença, em face da qual foi interposto recurso de apelação ainda pendente de julgamento pelo Tribunal. Em razão da inexistência de medida suspensiva, a União propôs ação de execução fiscal à qual a Companhia se deu por citada, ofertando seguro garantia judicial como forma de garantia do juízo. Atualmente os autos aguardam manifestação da União Federal em relação à aceitação da garantia oferecida pela Companhia.

Tendo em vista que para o mesmo período objeto da ação de execução fiscal em referência já havia no passado auto de infração onde restou reconhecida a decadência do lançamento fiscal original e, ainda, diante da prescrição do direito de cobrança, não houve constituição de provisão para este período.

Em maio de 2010, a Companhia recebeu aviso de cobrança emitido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, exigindo o recolhimento do PIS do período de março a dezembro de 1998, sob o fundamento de que o tributo não estaria com a exigibilidade suspensa por força das decisões proferidas nos autos do Mandado de Segurança, ensejando a realização de depósito judicial em 06/08/2010, no valor de R$ 11.701 e em 22/03/2011 no montante de R$ 13.665, referente aos períodos de abril/2000 a dezembro/2003, em razão da Carta Cobrança nº 94/2011 emitida pela Receita Federal do Brasil.

A Companhia recebeu ainda carta cobrança relativa ao período de janeiro a dezembro de 2007 no valor de R$ 3.620, sendo efetuado depósito judicial do montante principal e dos juros. A Companhia propôs medida cautelar junto ao TRF, o qual proferiu decisão liminar concedendo efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto.

Do período de abril a dezembro de 2000 foi constituída provisão calculada com base na totalidade das receitas deduzido o valor correspondente ao PIS repique. Do período de 2001 a maio de 2009 a provisão foi constituída considerando a receita operacional. A partir de junho de 2009, em função da Lei nº 11.941/09, a provisão passou a ser constituída considerando a receita de prêmios e desde janeiro de 2011 a Companhia vem efetuando mensalmente, além da provisão, o depósito judicial.

IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

A Companhia discute judicialmente o IPVA exigido pela Fazenda do Estado de São Paulo, relativamente a veículos segurados indenizados, em sua grande maioria veículos roubados ou furtados não localizados, veículos baixados, bem como “salvados de sinistro” vendidos em leilão, em relação aos quais não houve transferência do registro de propriedade no departamento de trânsito competente pelo adquirente. O montante de depósitos judiciais é de R$ 2.102 (R$ 1.804 em 2011) nas ações judiciais que envolvem o IPVA, encontrando-se a sua grande maioria pendente de julgamento de recurso de apelação no Tribunal de Justiça de São Paulo. A Companhia não constitui provisão em função da probabilidade de perda ser possível para esses processos.

Descrição resumida das principais ações judiciais da Controlada

- **Ações de natureza fiscal (Ações incluídas na Anistia Fiscal - Lei nº 11.941/2009)**

  A Companhia optou por desistir de determinadas ações judiciais nos termos da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, mediante pagamento à vista, em 30 de novembro de 2009, de débitos n a Receita Federal e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

  Para adesão à anistia foram apresentadas petições de desistência das ações judiciais e respectivos processos administrativos, com renúncia ao direito sobre o qual estas se fundavam, sendo efetuados recolhimentos dos saldos devedores não contemplados por depósitos judiciais.

  Para os pagamentos à vista a Lei previu redução de 100% das multas de mora e de ofício, 40% das multas isoladas, 45% dos juros de mora e 100% sobre o valor do encargo legal, em conformidade com as disposições mantidas nas Portarias Conjuntas PFGN/RFB nºs 06, 10, 11 e 13 de 2009.

  As ações que se beneficiaram do programa estabelecido pela Lei nº 11.941, estão relacionadas, basicamente, as seguintes discussões:

  i. Ação em que se pleiteava a dedução da despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL) na formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ) do ano-calendário de 2001 e períodos-base subseqüentes, questionando a aplicação do art. 1º da Lei nº 9.316/96;

  ii. Tributos com Exigibilidade Suspensa - Ação em que se pleiteava a dedução das despesas relacionadas aos tributos discutidos judicialmente na formação da base de cálculo do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro (CSLL) a partir do período base de 2001 e subsequentes.

  Os valores envolvidos na liquidação desses processos foram de:

Total dos depósitos judiciais	8.564
Total dos débitos apurados	(7.092)
Saldo líquido	**1.472**
Forma de liquidação financeira:	
Saldo de depósito a ser levantado	1.692
Valor pago à vista em 30/11/09	(220)
Saldo líquido	**1.472**

Para todas as ações em relação às quais se optou pela desistência com a utilização dos benefícios da Lei n.º 11.941/2009 houve a devida conversão em renda dos depósitos judiciais à União Federal e o levantamento do saldo remanescente à Companhia, sendo todos os cálculos devidamente homologados pela Receita Federal do Brasil, não restando qualquer pendência.

- **PIS - Programa de Integração Social**

A Companhia discute judicialmente a exigibilidade da contribuição ao PIS no moldes da Lei nº 9.701/98, Medida Provisória MP 2158-33/01 e reedições, bem como pela Lei nº 9.718/98, pleiteando o recolhimento do PIS, a partir do ano-calendário de 2001.

No âmbito administrativo, foi lavrado auto de infração pelas Autoridades Fiscais para prevenir a decadência do período de julho de 2001 a dezembro de 2003, cujo lançamento foi mantido em sua integralidade na esfera administrativa.

Em agosto de 2010 a Companhia recebeu carta cobrança relativa ao auto de infração em referência e, por orientação de seus assessores legais, a Companhia efetuou depósito judicial no valor total de R$ 2.315, referente ao período de julho de 2001 a dezembro de 2003.

Na ação judicial foi proferida sentença favorável à Companhiadeterminando o recolhimento da Contribuição ao PIS com base no conceito de faturamento previsto na Lei Complementar nº 07/70, sem a inclusão das receitas não operacionais, permanecendo a discussão sobre quais receitas poderiam ser tipificadas como “não operacionais”.

A União interpôs recurso de apelação ao qual foi negado provimento, sendo posteriormente interposto Recurso Extraordinário pela União Federal e Recurso Especial pela Companhia, sendo sobrestado o julgamento do Recurso Extraordinário e admitido a remessa do Recurso Especial ao STJ para julgamento.

Objetivando a concessão de efeito suspensivo aos aludidos recursos, foi proposta Medida Cautelar pela Companhia a qual foi indeferida.

Durante o segundo semestre de 2009, a União Federal ingressou com ação de execução fiscal contra a Companhia, através da qual foram exigidos recolhimentos da contribuição ao PIS do período de janeiro de 2003 a dezembro de 2007.

Em decorrência, a Companhia efetuou depósitos judiciais em garantia do período de janeiro de 2003 até outubro de 2009, calculados sobre a totalidade das receitas.

Para os períodos subsequentes a Companhia vem efetuando mensalmente o depósito judicial considerando como base a receita operacional bruta.

Para o período-base de julho de 2001 a dezembro de 2003, a Companhia provisionou os débitos integrantes do auto de infração atualizados até a data de encerramento do exercício.

A partir de janeiro de 2004 a provisão vem sendo constituída com base na receita operacional bruta acrescida pelos encargos moratórios e financeiros.

Posteriormente, em novembro de 2010 a União Federal ingressou com nova ação de execução fiscal contra a Companhia, exigindo o recolhimento da Contribuição ao PIS do período de julho de 2001 a dezembro de 2003, o qual já se encontrava depositado judicialmente nos autos da ação principal tal como citado anteriormente (Depósito de R$ 2.315), em que se discute a incidência da contribuição ao PIS sobre as receitas de prêmios e demais receitas, sendo apresentada Exceção de Pré-executividade, que se encontra pendente de julgamento.

A Companhia mantém provisão no montante de R$ 10.357 em 31 de dezembro de 2012

Contingências cíveis

A Companhia responde a processos de natureza cível, relacionados a pedidos de restituição de reajustes por mudança de faixa etária dos planos de saúde individual.

Estes processos encontram-se em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

Outras contingências

A Companhia responde a processos judiciais envolvendo a cobrança, por prestadores de serviço, de valores glosados, pedidos de ressarcimento de despesas médico-hospitalares, por recusas de atendimento ou autorização para realização de procedimentos médicos. Parte dessas ações também envolve pedidos de indenização por danos morais.

Os pagamentos ou autorizações foram negados em função do entendimento de que não estavam suportados pelas coberturas contratadas pelos segurados nos planos de saúde.

Estes processos encontram-se em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada provável com base na avaliação individual de cada processo, exceto para os processos em que já foi concedida liminar determinando o atendimento.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

A Companhia é uma sociedade de capital autorizado e está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$ 500.000 independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão.

O capital social está representado por 37.636.184 ações ordinárias nominativas e 11.672.207 ações preferenciais nominativas, todas escriturais e sem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente integralizadas.

Em relação às ações ordinárias, as ações preferenciais não têm direito a voto nos assuntos a serem deliberados em Assembleia Geral, porém é assegurada preferência no recebimento de dividendos em valor mínimo igual aos dividendos pagos às ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

20.2 Reserva legal

Constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

20.3 Reserva estatutária

Constituída após deduções legais, ao final de cada exercício social, sendo destinada à absorção de prejuízos e aumento de capital social conforme definido no Estatuto Social.

20.4 Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos mínimos ainda não pagos ao final de cada exercício são deduzidos do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

O Estatuto Social prevê a compensação dos prejuízos acumulados como condição primária na destinação do lucro líquido para a constituição da reserva legal, distribuição de dividendos obrigatórios e constituição da reserva estatutária.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2012, foi deliberada a retenção dos dividendos relativos ao exercício de 2012.

Também prevê a destinação da reserva estatutária para a amortização de eventuais prejuízos, desde que, deliberada por Assembleia Geral ou Conselho de Administração.

20.5 Custos de Transação

A Companhia incorreu em diversos custos para a concretização do acordo com o Grupo Sompo, citado na Nota Explicativa nº 1. Tais custos, detalhados no quadro abaixo, são diretamente atribuíveis às atividades necessárias à concretização dessa transação e, por conta dessa natureza, foram registrados no Patrimônio Líquido, por valor líquido dos efeitos tributários, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC n° 8:

Assessoria Financeira	7.932
Assessoria Estratégica	3.000
Assessoria Jurídica	882
Outros	279
Subtotal	**12.093**
Impostos	(4.837)
Total	**7.256**

21 Detalhamento das contas do resultado

	2012	2011
21.1 -Prêmios emitidos líquidos	**1.663.762**	**1.475.677**
Prêmios diretos	1.622.335	1.427.112
Co-seguro aceitos de congêneres	3.440	6.345
Co-seguro cedido de congêneres	(9.374)	(1.386)
Prêmios DPVAT	43.261	40.500
Prêmios - Riscos vigentes não emitidos	4.102	3.104
Retrocessões	(2)	2
21.2 Variação das provisões técnicas de prêmios	**(28.812)**	**(93.553)**
Provisão de prêmios não ganhos	(28.975)	(93.488)
Provisão de benefícios concedidos	157	(69)
Provisão de oscilação de riscos	13	13
Provisão matemática de benefícios a conceder	(7)	(9)
21.3 - Prêmios ganhos	**1.634.950**	**1.382.124**
21.4 - Sinistros ocorridos	**(1.044.489)**	**(895.373)**
Indenizações avisadas	(1.042.480)	(908.208)
Serviços de assistência	(49.665)	(35.216)
Salvados	44.705	39.720
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(12.751)	(5.089)
Recuperação de sinistros	13.739	12.149
Ressarcimentos	3.525	2.678
Despesa com sinistro	(1.562)	(1.407)
21.5 - Custo de aquisição	**(329.042)**	**(288.873)**
Comissões sobre prêmios retidos	(304.160)	(277.228)
Outras despesas de comercialização	(35.581)	(28.854)
Recuperação de comissões	2.917	316
Variação do custo de aquisição diferido	8.007	19.137
Despesa com agenciamento	(225)	(2.244)
21.6 - Outras receitas e despesas operacionais	**(42.354)**	**(26.916)**
Outras despesas operacionais	**(59.768)**	**(31.610)**
Despesa com cobrança	(6.936)	(6.361)
Despesa com encargos sociais	(3.436)	(2.923)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	(1.563)	(5.832)
Outras despesas com operações de seguros	(43.257)	(16.076)
Despesas com contingências cíveis	(4.576)	(418)
Outras receitas operacionais	**17.414**	**4.694**

Outras receitas com operações de seguro	17.154	4.577
Outras receitas DPVAT	17	17
Outras receitas operacionais	243	100
21.7 - Resultado com resseguro	**(7.630)**	**(1.962)**
Receitas com resseguros	**48.598**	**48.010**
Recuperação de sinistro de resseguro cedido	47.640	48.858
Recuperação de sinistro de co-seguro aceito	312	(43)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	383	(1.271)
Variação da provisão de eventos ocorridos mas não avisados	(30)	(47)
Receita com participações	293	513
Despesas com resseguros	**(56.228)**	**(49.972)**
Prêmios de resseguros	**(61.436)**	**(62.016)**
Local	(48.022)	(48.031)
Admitida	(11.988)	(13.936)
Eventual	(1.426)	(49)
Co-seguro aceitos	**(846)**	**(262)**
Local	(766)	(227)
Admitida	(80)	(5)
Eventual	-	(30)
Cancelamento de resseguro	**5.065**	**4.566**
Local	3.972	2.944
Admitida	1.093	1.622
Restituição de resseguro	**226**	**-**
Local	194	-
Admitida	32	-
Prêmios - Riscos vigentes e não emitidos	**(408)**	**1.250**
Local	(3)	1.427
Admitida	(411)	(176)
Eventual	6	(1)
Variação da despesa de resseguro	**1.320**	**6.849**
Local	1.313	4.573
Admitida	(281)	2.247
Eventual	288	29
Salvados	**(149)**	**(359)**
Local	(149)	(359)
21.8 - Despesas administrativas	**(292.446)**	**(250.736)**
Despesas com pessoal próprio	(144.375)	(129.006)
Despesas com serviços de terceiros	(77.440)	(61.156)

Despesas com localização e funcionamento	(50.699)	(45.716)
Despesas com publicidade e propaganda	(6.391)	(4.521)
Participação nos lucros e resultados	(2.500)	(2.511)
Despesas com publicações	(248)	(248)
Despesas com donativos e contribuições	(363)	(536)
Outras despesas administrativas	(7.969)	(4.345)
Despesas administrativas do convenio DPVAT	(2.461)	(2.697)
21.9 - Despesas com tributos	**(34.113)**	**(29.829)**
COFINS	(25.486)	(21.939)
PIS/PASEP	(4.142)	(3.565)
Outros	(3.526)	(1.950)
Impostos Municipais	(545)	(483)
Contribuição Sindical	(345)	(299)
Impostos Estaduais	(65)	(1.593)
Impostos Federais	(4)	-
21.10 - Resultado financeiro	**112.871**	**106.267**
Receitas financeiras	**137.580**	**135.307**
Rendimentos - disponíveis para venda	27.860	59.919
Rendimentos - valor justo por meio do resultado	72.978	35.355
Receita com títulos de renda variável	1.931	2.389
Receitas financeiras com operações de seguros	19.160	16.482
Receita com créditos tributários	1.161	2.689
Receita financeiras DPVAT	3.758	3.597
Receita com atualização de depósitos judiciais	8.037	10.695
Outras	2.695	4.181
Despesas financeiras	**(24.709)**	**(29.040)**
Despesas com títulos de renda variável	(2.087)	(9.626)
Despesas financeiras com renda fixa	(260)	(233)
Despesas financeiras com operações de seguros	(13.489)	(8.399)
Juros	(3.725)	(3.446)
Atualização monetária	(9.764)	(5.001)
Outras	-	48
Outras	(1.672)	(2.995)
Encargos sobre tributos	(7.201)	(7.787)

22 Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2012		2011	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes dos impostos	35.327	35.327	37.963	37.963
Ajustes temporários	19.591	19.591	11.460	11.460
Provisões judiciais	15.963	15.963	10.087	10.087
Provisões para devedores duvidosos	3.670	3.670	5.879	5.879
Ajuste ao valor justo de TVM	(6.153)	(6.153)	(2.083)	(2.083)
Participação nos lucros e resultados	(135)	(135)	(465)	(465)
IBNR SUS	1.002	1.002	2.896	2.896
Provisões com funcionários	360	360	149	149
Outros ajustes temporários	4.884	4.844	(5.003)	(5.003)
Ajustes permanentes	(3.232)	(3.232)	(8.359)	(8.359)
Outros ajustes permanentes	(3.232)	(3.232)	(6.450)	(6.450)
Resultado líquido do ramo rural	-	-	(1.909)	(1.909)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	51.686	51.686	41.064	41.064
(-) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(12.945)	(12.945)	(10.968)	(10.968)
Base de cálculo após compensação	**38.741**	**38.741**	**30.096**	**30.096**
Imposto de renda e contribuição social	(9.685)	(5.811)	(10.266)	(6.160)
Incentivo fiscal	332	-	479	-
Tributos diferidos sobre ajuste ao valor justo TVM	(1.538)	(923)	(521)	(312)
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	6.722	4.033	3.762	2.257
Outros ajustes	(560)	(350)	(2.191)	(1.610)
Total de imposto de renda e contribuição social	**(4.729)**	**(3.051)**	**(8.737)**	**(5.825)**

A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é de 22,02% (38,4% em 2011).

23 Partes relacionadas

Partes relacionadas ao Grupo foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal - chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnicas CPC n° 5. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas a seguir:

23.1 Yasuda Seguros S.A. (Controle Conjunto)

i. A Companhia realiza operação de cosseguro aceito com a Yasuda Seguros nos ramos de riscos nomeados (96), roubo (15), compreensivo (18) e transportes (22). O valor total dos prêmios emitidos no exercício foi de R$ 1.261 (R$ 1.003 em 2011).

23.2 Socopa Sociedade Corretora Paulista (Pessoal Chave da Administração da Entidade)

A Companhia utiliza os serviços de corretora de valores, controlada pelo Banco Paulista S.A., para intermediação das operações que realiza em bolsa de valores. Os valores pagos foram R$ 120 (R$ 100 em 2011).

23.3 Outras partes relacionadas

i. As remunerações, incluindo gratificações, indenizações, encargos e benefícios pagos aos Administradores ativos e inativos totalizaram R$ 9.234 (R$ 10.041 em 2011), dos quais R$ 1.082 (R$ 11 em 2011) se referem a benefícios pós-emprego a ex-administradores.

ii. Membros da Administração da Companhia são fiadores nos contratos de locação de imóveis da Companhia e também de sua controlada e avalistas do empréstimo obtido pela Companhia junto ao BNDES.

iii. Alguns médicos credenciados ou proprietários de clínicas credenciadas pela controlada são ligados aos acionistas da Companhia. Os valores pagos pelos serviços prestados aos segurados da controlada são determinados em bases equivalentes aos valores praticados com terceiros não ligados e não atingem montantes significativos.

iv. O Grupo mantém operações com acionistas e empresas a eles ligadas, bem como empresas ligadas a membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria Executiva que se referem, principalmente, à cotação de seguros, comissões e corretagens sobre vendas de seguros, prestação de serviços de vistoria prévia, regulação de sinistros e patrocínio de projetos culturais, cujos valores estão registrados nas rubricas: “Outras despesas operacionais”, “Custos de aquisição diferidos” e “Despesas administrativas”.

Os saldos e valores das transações com partes relacionadas estão resumidos no quadro abaixo:

Marítima Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativo	**2012**	**2011**
Controle conjunto		
Yasuda Seguros S.A		
Prêmios a receber de cosseguro aceito	538	136
Sinistro a recuperar de resseguros cosseguro aceito	12	31
Despesas de comercialização diferidas cosseguros aceito	61	1
Total do Ativo	**611**	**168**
Controle conjunto		
Yasuda Seguros S.A		
Comissões a pagar de cosseguros aceitos	91	57
Provisão de sinistro a liquidar de cosseguros aceitos	32	65
Provisão de prêmios não ganhos cosseguros aceitos	409	6
Total do Passivo	**532**	**128**

	Receitas		**Despesas**	
Demonstração do Resultado	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**
Controle conjunto				
Yasuda Seguros S.A.	**1.324**	**1.080**	**(842)**	**(526)**
Prêmios de cosseguro aceito (23.1)	1.261	1.003	-	-
Variação da provisão de prêmios não ganhos	-	35	(402)	-
Sinistros	-	-	(18)	(79)
Recuperação de resseguro sinistro	3	40		
Comissões emitidas	-	-	(422)	(441)
Variação das despesas de comercialização diferidas	60	-	-	(6)
Adicional de fracionamento	-	2	-	-
Ligadas				
Socopa Sociedade Corretora Paulista	-	-	**(120)**	**(100)**
Serviços de corretagens	-	-	(120)	(100)
CSO Corretora de Seguros S/C Ltda.	-	-	**(292)**	**(352)**
Serviços de corretagens	-	-	(292)	(352)
Acchia Serviços Técnicos Seguros S/C Ltda	-	-	**(287)**	**(117)**
Serviços de vistorias prévias e regulação de sinistro	-	-	(287)	(117)
Instituto Fazendo História	-	-	-	**(260)**
Total	**1.324**	**1.080**	**(1.541)**	**(1.355)**

24 Gestão de risco

O Grupo está exposto aos riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e capital provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

O resultado destas análises é utilizado para gestão desses riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições de stress.

Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e a Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pelo Grupo. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco de mercado.

24.1 Gestão do risco de seguro

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde o Grupo possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, comparando cenário onde o evento segurado ocorra com cenários onde o evento segurado não ocorra, afetando nossos segurados de forma adversa.

Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de seguro é de certa forma, randômico e consequentemente não previsível.

Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Administração entende que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros.

O Grupo possui um Comitê de Reservas que age ativamente sobre a gestão dos passivos de contratos de seguros, definindo políticas operacionais e efetuando análises de situações que exigem alto grau de julgamento acerca da liquidação de sinistros específicos e sobre a avaliação dos saldos provisionados para fazer frente aos passivos de contratos de seguros. O Comitê de

Reservas é composto por membros da Diretoria Executiva e áreas envolvidas na gestão dos passivos de seguro do Grupo e possui autonomia para deliberar a respeito das provisões de prêmios e sinistros. O Comitê se reúne no mínimo a cada encerramento semestral.

O Grupo possui um Comitê de Sinistros composto por gestores da área de Sinistros, Jurídica, Ouvidoria e Atendimento, que se reúnem semanalmente para discussão e avaliação de sinistros avisando mitigar riscos de fraudes e garantir o cumprimento das condições contratuais do segurado. Reuniões extraordinárias são convocadas conforme a relevância do evento ou situação que possa vir a trazer riscos adversos para o Grupo.

O Grupo utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de qualidade de forma que o resultado adverso desses eventos seja minimizado.

Os fatores que minimizam a volatilidade do risco de seguro incluem a diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e o tipo de indústria, fator relevante para os ramos de Riscos Especiais.

Os principais segmentos, ferramentas, profissionais e sistemas de gestão de riscos de seguros estão divididos da seguinte forma:

(i) **Automóvel:** Convencional e Auto Mensal
(ii) **Saúde:** Individual, Empresarial, Pequenas e Micro Empresas (PME)
(iii) **Demais ramos elementares:** Massificados e grandes riscos
(iv) **Vida:** Individual e Empresarial

Marítima Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2012					
	Prêmios emitidos líquidos					
Região de atuação	**Automóvel**	**Ramos elementares**	**Pessoas**	**Saúde**	**Total**	**%**
São Paulo	408.720	292.891	36.827	426.752	1.165.200	71,9%
Rio Grande do Sul	26.584	64.702	9.755	5.935	106.976	6,6%
Paraná	29.820	45.502	8.055	-	83.377	5,1%
Rio de Janeiro	26.238	50.651	11.531	-	88.420	5,5%
Minas Gerais	34.284	47.257	11.004	38	92.583	5,7%
Santa Catarina	15.944	28.460	5.308	-	49.712	3,1%
Ceará	5.767	5.954	1.302	-	13.023	0,8%
Goiás	5.348	4.896	293	-	10.537	0,7%
Brasília - DF	3.779	1.449	19	-	5.247	0,3%
Demais	2.755	2.091	-	590	5.426	0,3%
Sub-total	**559.239**	**543.853**	**84.094**	**433.315**	**1.620.501**	**100,0%**
DPVAT	43.261	-	-		43.261	3%
Total Geral	**602.500**	**543.853**	**84.094**	**433.315**	**1.663.762**	**100%**

	2011					
	Prêmios emitidos líquidos					
Região de atuação	**Automóvel**	**Ramos elementares**	**Pessoas**	**Saúde**	**Total**	**%**
São Paulo	385.697	265.763	32.624	372.049	1.056.133	73,59%
Rio Grande do Sul	20.218	62.772	8.422	5.339	96.751	6,74%
Paraná	13.463	43.196	6.705	-	63.364	4,42%
Rio de Janeiro	22.589	48.029	10.003	-	80.621	5,62%
Minas Gerais	25.233	46.410	10.006	44	81.693	5,69%
Santa Catarina	9.962	28.204	3.628	-	41.794	2,91%
Ceará	3.024	4.751	1.188	-	8.963	0,62%
Goiás	2.373	3.255	230	-	5.858	0,41%
Sub-total	**482.559**	**502.380**	**72.806**	**377.432**	**1.435.177**	**100%**
DPVAT	40.500	-	-	-	40.500	2,74%
Total Geral	**523.059**	**502.380**	**72.806**	**377.432**	**1.475.677**	**100%**

Ramos	Prêmios de Seguros 12/2012	Prêmios de Seguros 12/2011	Parcela Ressegurada 12/2012	Parcela Ressegurada 12/2011	Prêmios Retidos 12/2012	Prêmios Retidos 12/2011	Prêmios Retidos 12/2012	Prêmios Retidos 12/2011	Resseguro 12/2012	Resseguro 12/2011
Automóvel	**559.249**	**482.559**	**(446)**	**(2.718)**	**558.803**	**479.841**	**35,6%**	**34,7%**	**0,8%**	**4,8%**
Demais ramos elementares	**543.843**	**502.380**	**(55.258)**	**(52.132)**	**488.585**	**450.248**	**31,2%**	**32,6%**	**96,3%**	**92,3%**
Patrimonial	402.938	373.833	(32.557)	(32.352)	370.381	341.481	23,6%	24,7%	56,7%	57,3%
Rural	61.777	52.910	(2.070)	(1.656)	59.707	51.254	3,8%	3,7%	3,6%	2,9%
Responsabilidades	36.619	37.546	(3.311)	(3.458)	33.308	34.088	2,1%	2,5%	5,8%	6,1%
Transportes	32.476	26.910	(13.450)	(8.512)	19.026	18.398	1,2%	1,3%	23,4%	15,1%
Outros	10.033	11.181	(3.870)	(6.154)	6.163	5.027	0,4%	0,4%	6,7%	10,9%
Pessoas	**84.094**	**72.806**	**(1.695)**	**(1.612)**	**82.399**	**71.194**	**5,3%**	**5,2%**	**3,0%**	**2,9%**
Pessoas coletivo	69.185	59.811	(954)	(865)	68.231	58.946	4,4%	4,3%	1,7%	1,5%
Pessoas individual	14.909	12.995	(741)	(747)	14.168	12.248	3,2%	0,9%	1,3%	1,3%
Saúde	**433.315**	**377.432**	**-**	**-**	**433.315**	**377.432**	**27,9%**	**27,6%**	0,0%	0,0%
Individual	67.629	65.498	-	-	67.629	65.498	4,3%	4,7%	0,0%	0,0%
Coletivo	365.686	311.934	-	-	365.686	311.934	23,3%	22,9%	0,0%	0,0%
Sub-total	**1.620.501**	**1.435.177**	**(57.399)**	**(56.462)**	**1.563.102**	**1.378.715**	**97,3%**	**97,2%**	**100,0%**	**100,0%**
DPVAT	43.261	40.500	-	-	43.261	40.500	2,7%	2,8%	-	-
Total	**1.663.762**	**1.475.677**	**(57 399)**	**(56.462)**	**1.606.363**	**1.419.215**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Contratos proporcionais

Ramo	Prêmios Emitidos	Prêmios Cedidos em Resseguro	% Ressegurado
Transportes	245.268	5.807	2,37%
Pessoas Coletivo	141.766	1.962	1,38%
Pessoas Individual	81.040	817	1,01%
Patrimonial	27.789	6.405	23,05%
Responsabilidades	6.285	1.322	21,03%
Marítimos	5.794	1.752	30,23%
Aeronáuticos	1.791	312	17,43%
Riscos Financeiros	834	217	26,06%
Automóvel	434	31	7,08%
Rural	107	8	7,38%
Total Geral	**511.108**	**18.633**	**3,65%**

Contratos não proporcionais				
			Cobertura	
Ramos	**Tipo de Resseguro**	**Modalidade de Contrato**	**Prioridade**	**Faixa**
Riscos Financeiros	Excesso de Danos	Excesso de Danos por Risco	500	2.000
Transportes	Excesso de Danos	Excesso de Danos por Risco / Evento	540	4.500
Transportes	Excesso de Danos	Excesso de Danos por Evento	4.500	9.000
Patrimonial	Excesso de Danos	Excesso de Danos por Evento	1.000	3.000
Rural	Excesso de Danos	Excesso de Danos por Risco	500	1.500
Rural	Excesso de Danos	Excesso de Danos por Catástrofe	1.000	4.000
Patrimonial	Excesso de Danos	Excesso de Danos por Risco / Evento	3.000	120.000
Patrimonial	Excesso de Danos	Excesso de Danos por Risco / Evento	1.500	10.000
Responsabilidades	Excesso de Danos	Excesso de Danos por Risco / Evento	600	8.000

			ADMITIDA		EVENTUAL		LOCAL		
Resseguradores	**Agência (*)**	**Avaliação**	**Prêmio Cedido**	**% Cedido**	**Prêmio Cedido**	**% Cedido**	**Prêmio Cedido**	**% Cedido**	**Total**
American Home Assurance Company	SP/FH	A	34	45%	-	0%	-	0%	34
Chartis Resseguros Brasil S.A	-	-	-	0%	-	0%	66	12%	66
Everest Reinsurance Company	AMB	A+	142	13%	-	0%	-	0%	142
General Reinsurance Ag	SP	AA+	3.649	8%	-	0%	-	0%	3.649
Hannover Ruckversicherung Ag	AMB	A	3.621	86%	-	0%	-	0%	3.621
IRB Brasil Resseguros S.A	AMB	A-	-	0%	-	0%	27.660	15%	27.660
Lloyd´s	AMB	A	1.919	30%	-	0%	-	0%	1.919
Mapfre RE do Brasil Companhia de Resseguros	-	-	-	0%	-	0%	67	20%	67
Munich RE do Brasil	AMB		-	0%	-	0%	20.195	8%	20.195
Odyssey America Reinsurance Corporation	AMB	A	91	8%	-	0%	-	0%	91
Scor Reinsurance Company	AMB	A+	511	46%	-	0%	-	0%	511
Swiss Reinsurance America Corporation	AMB	A+	2.021	93%	-	0%	34	7%	2.055
W.R. Berkley Insurance (Europe) Limited	AMB	A	-	0%	1.426	56%	-	0%	1.426
Total			**11.988**		**1.426**		**48.022**		**61.436**

(*) SP - Standard & Poor´s / F – Fitch / AMB - A.M. Best Company

(i) Automóvel

Visando disponibilizar diferentes opções de cobertura e pagamento aos seus clientes o Grupo emite contratos de seguro para veículos automotores garantindo a cobertura contra colisão, incêndio, furto e roubo que podem ser contratados em duas diferentes modalidades:

- Auto Convencional – Seguro de veículo que garante cobertura contra colisão, incêndio e furto/roubo que pode ser pago de forma parcelada e a importância segurada baseia-se no valor de mercado referenciado determinado pela Tabela FIPE.

Alternativamente, pode-se contratar um seguro nessa modalidade por valor segurado determinado, somente para veículos que não tenham cotação na Tabela FIPE.

Este produto se destina aos proprietários de veículos automotores em geral, pessoa física ou jurídica onde a Marítima oferece coberturas básicas: Compreensiva (colisão, incêndio e roubo/furto), Incêndio, Roubo e Furto e Responsabilidade Civil Facultativa (Danos Materiais e Danos Corporais).

Coberturas adicionais para assessórios e/ou equipamentos, acidentes pessoais, carro reserva, extensão de perímetro de cobertura e despesas extraordinárias pode ser contratada separadamente.

- Auto Mensal – Esta modalidade de contratação possui termos e condições substancialmente similares ao da modalidade Auto Convencional onde o prêmio do seguro é parcelado em 12 vezes e sem custo de apólice ao segurado, onde a indenização em caso de evento de sinistro é feita com base no Valor de Mercado Referenciado, segundo a Tabela FIPE.

Nesta modalidade existe a livre escolha do dia de vencimento das parcelas mensais, renovação automática da apólice, em caso de endossos as diferenças de prêmio serão cobradas no próximo extrato do seguro e o segurado é dispensado do pagamento das parcelas a vencer em caso de sinistro com indenização integral do veículo, a partir do segundo ano de contratação (disponível somente para renovações de contratos emitidos originalmente pela Marítima).

A política de aceitação de risco para seguros de veículos automotores leva diversos fatores em consideração no ato de cálculo do prêmio de seguro a ser cobrado do segurado de forma que o preço praticado na venda de seguros de automóvel reflita, através do melhor conhecimento da Companhia, fatores de comportamento do
segurado ou outros fatores de agravamento de risco que possam levar, inclusive, a não aceitação do risco.

A área operacional possui a opção de aceitar ou não determinados riscos elevados com base na política de aceitação.

Para esta análise utiliza-se um questionário de avaliação de risco que considera o perfil do segurado, e inclui perguntas objetivas, cujo resultado impacta o prêmio cobrado pelo risco segurado.

Tal questionário é uma ferramenta de gestão de risco de seguro que resulta diretamente na qualidade da carteira de automóvel.

Os fatores de risco avaliados pela Administração incluem: idade do condutor do veículo, tempo de habilitação, sexo do principal condutor do veículo, região de circulação do veículo, condições de guarda do veículo, tipo de utilização, dispositivos de rastreamento ou segurança, dentre outros fatores que foram observados em períodos passados e que impactam a sinistralidade.

(ii) Saúde

O Grupo opera com contratos de seguro saúde nas modalidades: Individual, Empresarial e Pequenas e Médias Empresas (PME).

O seguro Saúde Empresarial é destinado às pessoas jurídicas cujo grupo segurável compreende no mínimo 30 segurados, incluindo sócios, funcionários e seus dependentes.

Nesta modalidade os segurados dispõem de uma ampla rede referenciada, contemplando médicos, laboratórios e hospitais. Além disso, os segurados podem optar pelo reembolso das despesas médico/hospitalares, dentro dos limites do plano contratado.

O seguro saúde na modalidade Saúde Empresarial possui diversas categorias para contratação onde o risco de seguro passa a ser mais significativo dependendo destas categorias.

Entretanto, como ferramenta de gestão de risco de seguro, pode-se optar pela inclusão de cláusulas especiais nestes contratos onde a Marítima possui o direito incondicional de aumentar prêmios futuros ou a obrigação de devolução de uma fração do prêmio aos clientes, dependendo dos índices de sinistralidade histórica ou uma fórmula pré-determinada contratualmente.

O Seguro Saúde PME é destinado às empresas com no mínimo 7 (sete) e no máximo 29 (vinte e nove) segurados entre titulares e dependentes, sendo obrigatório o mínimo de 3 (três) titulares.

As modalidades de contratação e categorias são substancialmente similares às condições contratuais previstas na modalidade Saúde Empresariais.

A carteira de seguro saúde Individual encontra-se em "run-off". O Grupo administra os riscos originado dos contratos de seguro Saúde Empresarial e PME através de sua estratégia de negociação, análise detalhada de risco e um sistema de análise e liquidação de sinistro tempestivo e criterioso.

A estratégia de subscrição de risco leva em consideração o fato de que o risco global destes contratos esteja adequadamente diversificado em termos de porte das empresas, perfil dos segurados e uma análise criteriosa na aceitação de participantes e avaliação da qualidade do risco aceito.

Para os riscos relacionados ao aumento da frequência e severidade na utilização dos planos de saúde, a Marítima adota várias medidas para mitigação desses riscos, dentre as quais se destacam:

- Na negociação contratual com seus clientes corporativos é estabelecido um limite de utilização baseado na experiência das partes.
- Caso esse limite seja ultrapassado, é possível contratualmente adotar medidas de recuperação nas renovações contratuais.
- Para melhor gerenciar a frequência e auxiliar na utilização consciente do seguro saúde, as empresas com mais de 100 vidas, podem contratar os planos com coparticipação, onde o funcionário participa com uma pequena parte das despesas médico-hospitalares.
- A Marítima desenvolve trabalhos em conjunto com a área de recursos humanos das empresas clientes para incentivar a medicina preventiva e.
- Conta ainda com uma equipe de auditoria médica interna e externa para autorização de procedimentos mais críticos.

Os índices de adesão são considerados como uma ferramenta essencial na gestão global dos contratos de saúde Empresarial onde o índice de adesão não poderá ser inferior aos índices informados na tabela a seguir, onde a Marítima possui o direito de rescisão de contratos coletivos em virtude de queda na diversificação de risco:

Número de Componentes do Grupo Segurável			**Índice Mínimo de Adesão**
De	**Até**	**Aceitação**	**Manutenção do Grupo Segurado**
30	100	100%	100%
101	200	100%	90%
201	300	100%	80%
301	500	80%	70%
501	3000	70%	60%
3001	5000	60%	50%
5001	Em diante	60%	50%

(iii) Demais ramos elementares

O Grupo de contratos de Riscos Especiais (RE) cobre riscos diversos nas modalidades de seguro Residencial, Condomínio, Empresarial, Riscos de Engenharia e uma série de outros riscos específicos para atender as necessidades dos clientes.

Na modalidade de seguro Residencial, as apólices possuem um limite máximo de indenização de até R$ 1.200 para coberturas básicas de incêndio, queda de raio, explosão e danos materiais e despesas decorrentes de providências tomadas para combate à propagação dos riscos cobertos básicos (outras coberturas adicionais podem ser incluídas conforme a política de aceitação de risco).

Este seguro é destinado aos proprietários, inquilinos e administradores de imóveis. Quando houver a contratação das coberturas de Roubo ou Furto Qualificado e Desmoronamento é exigido como medida de gerenciamento de risco uma vistoria prévia do imóvel para inspeção do risco.

Para o ramo de seguros de Condomínios Verticais e Horizontais dos tipos residenciais, escritórios, consultórios, mistos, *flats*, shopping e apart-hotéis, ofereceram coberturas básicas contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão, queda de aeronave, fumaça, danos corporais e materiais causados a terceiros de responsabilidade do condomínio e síndico (outras coberturas podem ser adicionadas conforme nossa política de aceitação de risco).

No segmento de seguro Empresarial (pequeno e médio porte) é oferecida cobertura às pessoas jurídicas e pessoas físicas que tenham suas atividades nas áreas de: prestação de serviço, comércio, indústria, fábricas, etc., com patrimônio máximo de até R$ 1.000.

As coberturas básicas oferecidas neste segmento são Incêndio de qualquer causa, exceto doloso. Queda de Raio, atingindo diretamente os bens segurados. Explosão de qualquer natureza e origem. Danos materiais decorrentes da impossibilidade de remoção ou proteção dos salvados, por motivo de força maior (outras coberturas adicionais podem ser incluídas conforme a política de aceitação de risco).

Como medida de política de gestão e aceitação de risco a Inspeção de Risco neste segmento é necessária quando houver a contratação das coberturas: Incêndio/Raio/Explosão com risco acima de R$ 400. Vendaval, Granizo, Furacão, Ciclone, Impacto de Veículos, Tornado, Queda de Aeronave e Fumaça com risco acima de R$ 75. Roubo/Furto Qualificado: Indústrias/Comércios e Serviços com a importância segurada superior a R$ 5 e Desmoronamento.

Para o segmento de Riscos de Engenharia, a Companhia oferece seguros nas modalidades de Seguro de Riscos de Engenharia, Modalidade Obras Civis em Construção, que garante indenização por prejuízos ocorridos na construção, reforma e/ou ampliação de casas, edifícios residenciais, comerciais, industriais, hotéis, hospitais, igrejas, escolas, *shopping centers*, lojas de departamentos, cinemas, teatros galpões industriais.

Estas coberturas são destinadas a empresas incorporadoras, construtoras, empreiteiras, proprietários (pessoa física ou jurídica).

As coberturas obrigatórias oferecidas são: Cobertura básica (danos materiais à obra), danos em consequência de erro de projeto, despesas extraordinárias e desentulho do local (outras coberturas adicionais podem ser incluídas conforme nossa política de aceitação de risco).

Para aceitação e como ferramenta de gestão dos riscos deste segmento, uma inspeção no local de risco é realizada, conduzida por engenheiro credenciado pela Companhia, a fim de oferecer subsídios técnicos à análise do risco.

A inspeção de risco tem o objetivo de identificar as condições gerais do canteiro de obras, bem como informar sobre as condições e métodos construtivos empregados, além de ressaltar possíveis riscos pré-existentes na obra e em suas circunvizinhanças, conduzindo a uma correta taxação.

A apresentação das plantas do empreendimento e relatório de sondagem durante a inspeção garante uma avaliação completa na aceitação do risco.

Adicionalmente, como política de gestão de risco pode ser solicitado documentos complementares, como cronograma físico e financeiro, contratos da obra, laudo de sondagem, plantas e desenhos, memorial descritivo dos serviços que serão realizados, entre outros caso seja necessário para avaliação do risco.

(iv) Vida

O Grupo emite contratos de seguro de vida nas modalidades Individual e Empresarial. Na modalidade individual, estes contratos cobrem o capital segurado no caso de morte natural,

morte acidental, doenças graves, invalidez permanente por acidente, garantia de recebimento do capital segurado em caso de morte do cônjuge, garantia para o titular do recebimento de indenização pré-determinada em caso de morte de um filho incluso na apólice, despesas médicas, hospitalares e odontológicas.

Como política de gestão, o Grupo possui uma política de reenquadramento de riscos com base em faixa etária, idade atingida (ano a ano) ou reenquadramento nivelado.

Para a precificação do prêmio cobrado e política de aceitação de risco leva-se em consideração se o segurado é fumante, não fumante ou se possui índice IMC (Índice de Massa Corporal) favorável.

A tabela apresentada a seguir informa o Capital Máximo e Capital Máximo Preferencial coberto para seguros de vida individuais:

Coberturas	Capital Máximo	Capital Máximo Preferencial
Morte (Titular)	R$ 6.000	R$ 15.000
Morte Acidental	Até 100% da morte, limitado a R$ 6.000	Até 100% da morte, limitado a R$ 6.000
Doenças Graves Plano Básico/Estendido	até 50% da morte, limitado a R$ 75	R$ 75
Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente	Até 100% da Morte	Até 100% da Morte
DMHO	R$ 5	R$ 5
Morte Cônjuge	Até 100% da Morte	Apólice específica
Filhos (somente Cobertura Morte)	R$ 5	R$ 5

Na modalidade empresarial, são cobertos grupos de empresas com no máximo 150 vidas, abrangendo sócios, diretores e funcionários que estejam em boas condições de saúde, em plena atividade profissional e que não tenham doenças ou lesões pré-existentes.

Nesta modalidade a idade mínima para a inclusão de um segurado é há de 14 anos e a máxima é de 64 anos, 11 meses e 29 dias na data de contratação.

Nesta modalidade o capital máximo segurado individual é de R$ 50. Alguns riscos e categorias de entidades cujo risco é imediatamente declinável no ato de sua aceitação, tais como: fabricação e refino de combustíveis, construção civil, vigilância, dentre outros, como política de aceitação e gerenciamento de riscos significativos.

24.2 Análise de sensibilidade da sinistralidade do Grupo

O Grupo efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários otimista, pessimista, com base na sinistralidade histórica do Grupo. Esse estudo é submetido à apreciação da Administração no mínimo semestralmente, para determinação das diretrizes e ajustes nos planos de negócios, quando aplicável.

O quadro abaixo demonstra os impactos de uma piora e/ou melhora no índice de sinistralidade do Grupo:

	2012				
	Piora de -10 p.p.s	**Piora de - 5 p.p.s**	**Cenário base (valores reais)**	**Melhora de + 5 p.p.s**	**Melhora de + 10 p.p.s**
Prêmios ganhos	1.634.950	1.634.950	1.634.950	1.634.950	1.634.950
Sinistros ocorridos	(1.207.984)	(1.126.237)	(1.044.489)	(962.742)	(880.994)
Índice de sinistralidade	-73,89%	-68,89%	-63,89%	-58,89%	-53,89%
Impacto bruto	(163.495)	(81.748)	-	81.747	163.495
Impacto líquido de impostos	(98.097)	(49.049)	-	49.049	98.097

24.3 Gestão de riscos financeiros

Para mitigar os riscos financeiros significativos o Grupo utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente macroeconômico.

Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curtos e longos prazos.

O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. Consequentemente, a política de gestão de risco de liquidez não possui tolerância ou limites para risco de liquidez mantendo o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros até o vencimento.

O Grupo tem a política de indenizar os segurados em prazos inferiores à média de liquidação de sinistros praticada pelo mercado.

A política de gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos.

A gestão de risco de liquidez considera como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento destes recursos e conjunto com a política de gestão de capital. A ferramenta utilizada pelo Grupo para avaliação do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa operacional considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazos. A administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pelo Grupo classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2012

	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6- 9 meses	9 -12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Sem vencimento determinado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	**11.317**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**11.317**
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**26.632**	**7.075**	**23.140**	**2.234**	**70.197**	**442.434**	**168.168**	**739.880**
Título de renda fixa público	-	-	-	-	68.591	442.434	-	511.025
Título de renda fixa privado	26.632	7.075	23.140	2.234	1.606	-	168.168	228.855
Ativos financeiros disponíveis para a venda	**6.426**	**85.846**	**28.186**	**-**	**38.540**	**1.782**	**11.358**	**172.138**
Título de renda fixa público	2.408	85.846	21.214	-	38.540	1.782	-	149.790
Título de renda fixa privado	4.018	-	6.972	-	-	-	-	10.990
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	11.358	11.358
Créditos das operações com seguros e resseguros	**153.786**	**61.725**	**17.720**	**15.808**	**478**	**-**	**-**	**249.517**
Prêmios a receber de segurado - a decorrer	136.586	60.165	16.110	9.516	478	-	-	222.855
Prêmios a receber de segurado – decorridos	7.108	1.560	1.610	6.292	-	-	-	16.570
Operações com segurados	2.365	-	-	-	-	-	-	2.365
Operações com resseguradoras	4.909	-	-	-	-	-	-	4.909
Outros créditos operacionais	2.818	-	-	-	-	-	-	2.818
Títulos e créditos a receber	**2.470**	**-**	**-**	**-**	**347**	**-**	**133.701**	**136.518**

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2012

	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6- 9 meses	9 -12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Sem vencimento determinado	Total
Títulos e créditos a receber	1.243	-	-	-	-	-	-	1.243
Outros créditos	1.227	-	-	-	347	-	-	1.574
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	-	-	-	133.701	133.701
Outros valores e bens	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**21.742**	**21.742**
Bens à venda	-	-	-	-	-	-	19.376	19.376
Outros valores	-	-	-	-	-	-	2.366	2.366
Ativos de resseguro – Provisões técnicas	**30.225**	**19.467**	**2.970**	**3.803**	**2.955**	**25.810**	**3.299**	**88.529**
Total dos ativos financeiros	**230.856**	**174.113**	**72.016**	**21.845**	**112.517**	**470.026**	**338.268**	**1.419.641**
Provisões técnicas (*)	**403.181**	**159.507**	**100.807**	**54.717**	**146.446**	**-**	**93.005**	**957.663**
Contas a pagar	**54.626**	**377**	**377**	**439**	**3.958**	**14.327**	**7.278**	**81.382**
Empréstimos e financiamentos - BNDES	47	-	-	-	-	-	-	47
Obrigações por arrendamento mercantil	377	377	377	439	3.958	-	-	5.528

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2012

	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6- 9 meses	9 -12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Sem vencimento determinado	Total
Impostos, contribuições e encargos sociais a recolher	34.703	-	-	-	-	-	-	34.703
Outras contas a pagar e obrigações a pagar	19.499	-	-	-	-	14.327	7.278	41.104
Débitos das operações com seguros e resseguros	**53.246**	**6.212**	**3.541**	**750**	**119**	**-**	**139.196**	**203.064**
Operações com resseguradoras	11.211	6.212	3.541	750	-	-	7.340	29.054
Corretores de seguro e resseguro	42.035	-	-	-	119	-	-	42.154
Provisões judiciais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**131.856**	**131.856**
Total dos passivos financeiros	**511.053**	**166.096**	**104.725**	**55.906**	**150.523**	**14.327**	**239.479**	**1.242.109**

(*) Inclui PPNG no montante de R$ 503.057 que não representa uma saída de recursos financeiros.

Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e período de expiração do risco dos contratos de seguro.

O conceito de gestão do Grupo define risco financeiro como risco de mercado e risco de crédito. Esses riscos surgem de posições mantidas em ativos financeiros denominados em títulos de renda fixa públicos e privados, e oscilações em cotas de fundos de investimento.

A política de gestão de riscos financeiros tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa.

O Grupo possui passivos financeiros com taxas de juros pós-fixadas cujo valor de principal e juros são alterados conforme oscilações de certos índices financeiros.

Determinados contratos com fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor.

O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado a mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas pré-fixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas em períodos futuros o valor justo destes ativos tende a subir e vice-versa.

O Grupo utiliza análises de sensibilidade e testes de *stress (VaR – Value at Risk)* desenvolvidos pelo custodiante da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos financeiros. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco de mercado, a *duration* da carteira e a diversificação do portfólio de acordo com a Politica de Investimentos.

O resultado destas análises são utilizados para gestão desses riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições de *stress*.

Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e a Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pelo Grupo.

A tabela apresentada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos financeiros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e os disponíveis para venda, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável

mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Companhia. O impacto apresentado é uma combinação das variáveis taxa de juros, inflação e Ibovespa.

	Premissas	Impacto estimado para os próximos 12 meses calculados em 31 de dezembro de 2012	
Variável financeira	**2013**	**Resultados Abrangentes ***	**Resultado do exercício**
Taxa de juros	+ 200 p.ps	-	11.461
Taxa de juros	- 200 p.ps	-	(11.254)
Ibovespa	4,66%	529	-
Ibovespa	-4,66%	(529)	-
Inflação **	6,53%	48	3.427
Inflação **	4,53%	(47)	(3.365)

(*) Relativo apenas a ativos financeiros classificados na categoria “disponível para venda”.
(**) Expectativa de inflação de 5,32% para 2013, conforme estimativas divulgadas pelo BACEN. Para o cálculo utilizamos uma variação positiva e negativa de 1 ponto percentual.

24.4 Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequencia de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com o Grupo.

O Grupo monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos.

Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletivo, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas.

Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, seguindo as determinações da Política Corporativa de Investimentos Financeiros, que determina como rating mínimo BBB exceto para DPGE’s.

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (e considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento.

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os ramos de riscos decorridos comercializados são: vida em grupo e transporte.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2012 distribuidos por rating de crédito obtidos junto a agências renomadas de rating.

Os ativos classificados na categoria "Sem *Rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

	2012						
Ativos Financeiros / Rating	**AAA**	**AA**	**A**	**BBB**	**BB**	**Sem rating**	**Total**
A valor justo por meio do resultado	**635.977**	**58.240**	**24.980**	**14.421**	**6.262**	**-**	**739.880**
Título de Renda Fixa Público	511.025	-	-	-	-	-	511.025
Título de Renda Fixa Privado	124.952	58.240	24.980	14.421	6.262	-	228.855
Disponíveis para a venda	**153.808**	**6.972**	**-**	**-**	**-**	**11.358**	**172.138**
Título de Renda Fixa Público	149.790	-	-	-	-	-	149.790
Título de Renda Fixa Privado	4.018	6.972	-	-	-	-	10.990
Título de Renda Variável	-	-	-	-	-	11.358	11.358
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	**11.317**	**11.317**
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	**239.425**	**239.425**
Total do circulante e não circulante	**789.785**	**65.212**	**24.980**	**14.421**	**6.262**	**262.100**	**1.162.760**

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados (*impaired*) e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados (*impaired*).

Posição em 31 de dezembro de 2012

	Ativos não vencidos e não deteriorados	Ativos vencidos					Saldo contábil 31/12/2012
		0 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	acima de 1 ano	Provisão para perda	
Valor justo por meio do resultado	**739.880**	-	-	-	-	-	**739.880**
Título de Renda Fixa Público	511.025	-	-	-	-	-	**511.026**
Título de Renda Fixa Privado	228.855	-	-	-	-	-	**228.855**
Disponíveis para a venda	**172.138**	-	-	-	-	-	**172.138**
Título de Renda Fixa Público	149.790	-	-	-	-	-	**149.790**
Título de Renda Fixa Privado	10.990	-	-	-	-	-	**10.990**
Título de Renda Variável	11.358	-	-	-	-	-	**11.358**
Empréstimos e recebíveis	**222.855**	**7.108**	**1.560**	**1.610**	**15.590**	**(9.298)**	**239.425**
Prêmios a receber de segurados	222.855	7.108	1.560	1.610	15.590	(9.298)	**239.425**
Caixa e equivalentes de caixa	11.317	-	-	-	-	-	**11.317**
Total do circulante e não circulante	**1.146.190**	**7.108**	**1.560**	**1.610**	**15.590**	**(9.298)**	**1.162.760**

(*) No montante de prêmios a receber de segurados, está sendo considerado R$ 36.364 de faturamento antecipado.

24.5 Gestão de risco de capital

O Grupo executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela ANS e SUSEP.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital do Grupo por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos.

As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico e Comitês de planejamento financeiro e orçamentário.

O Grupo apura mensalmente os limites requeridos pelos órgãos reguladores.Em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido ajustado da Companhia e de sua Controlada foi suficiente em relação aos requerimentos de capital determinados pela SUSEP e ANS, respectivamente.

24.6 Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros demonstrados nessa seção apresentam o efeito de uma mudança importante em algumas premissas enquanto outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra.

À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão do Grupo de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

25 Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido das demonstrações financeiras individuais estatutárias para as demonstrações de acordo com as IFRS

	2012	2011
Patrimônio líquido conforme demonstrações financeiras estatutárias	**412.984**	**382.759**
Lucros não realizados intragrupo	(2.401)	(2.401)
Patrimônio líquido após eliminações entre operações entre empresas do grupo	**410.583**	**380.357**
Ajustes de transição		
Reversão de provisão reconhecida conforme práticas anteriormente adotadas	1.690	3.911
Adoção do custo atribuído e recálculo depreciação (*Deemed cost*)	19.798	19.526
Recuperabilidade dos prêmios a receber	-	(974)
Total dos ajustes	**21.488**	**22.463**
Impostos diferidos sobre ajustes de IFRS	(8.595)	(8.984)
Patrimônio líquido em conformidade com IFRS	**423.476**	**393.836**

	2012	2011
Resultado líquido conforme práticas anteriormente adotadas	**28.133**	**27.525**
Reversão de provisão reconhecida conforme práticas anteriormente adotadas	(1.248)	(5.038)
Recuperabilidade dos prêmios a receber	-	(2.046)
Recálculo da depreciação do custo atribuído (*Deemed cost*)	272	210
Resultado bruto	**27.157**	**20.651**
Imposto diferido sobre os ajustes	390	2.750
Resultado líquido conforme normas IFRS	**27.547**	**23.401**

26 Informações por segmento

A Companhia possui 2 segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas da Companhia. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Diretoria da Companhia analisa os relatórios internos da Administração mensalmente. Os segmentos reportáveis da Companhia são: seguros e saúde.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo.

	Seguros	Saúde	Consolidado
Prêmios ganhos	**1.196.886**	**438.064**	**1.634.950**
Receitas com emissão de apólices	37.355	-	37.355
Sinistros ocorridos	(672.437)	(372.052)	(1.044.489)
Custo de aquisição	(299.426)	(29.616)	(329.042)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(39.909)	(2.445)	(42.354)
Resultado com resseguro	(7.630)	-	(7.630)
Despesas administrativas	(243.222)	(49.224)	(292.446)
Despesas com tributos	(33.673)	(440)	(34.113)
Resultado financeiro	97.570	15.301	112.871
Resultado patrimonial	(2.749)	3.144	395
Resultado operacional	**32.765**	**2.732**	**35.497**
Ganhos e perdas com ativos não correntes	(170)	-	(170)
Resultados antes dos impostos e participações	**32.595**	**2.732**	**35.327**

Imposto de renda	(4.224)	(505)	(4.729)
Contribuição social	(2.704)	(347)	(3.051)
Lucro líquido do exercício	**25.667**	**1.880**	**27.547**
Atribuível a:			
Acionistas controladores	25.377	1.859	27.236
Acionistas minoritários	290	21	311
Total de ativos	**1.458.658**	**228.591**	**1.687.249**
Total de passivos	**1.172.196**	**116.014**	**1.263.773**

27 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Diversas normas, emendas às normas, interpretações e orientações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 2012, são elas:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros que estão atualmente no escopo da IAS 39 em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS. O Comitê de Pronunciamentos contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

- IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas - altera o princípio atual de consolidação (IAS 27 – Demonstrações Consolidadas e Separadas), introduzindo o conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada. De acordo com a IFRS 10 o controle é baseado na avaliação se um investidor possui: (i) o poder sobre a investida; (ii) a exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

- IFRS 11 – Acordos Conjuntos - substitui a IAS 31 – Participação em Empreendimentos em Conjunto. De acordo com o novo pronunciamento, com foco maior nos direitos e

obrigações, será obrigatória a utilização do método de equivalência patrimonial e será vedada a opção pela consolidação proporcional. O princípio fundamental é que as partes de um acordo determinem o tipo de empreendimento, sendo: (i) Operações conjuntas, direitos e obrigações sobre os ativos e passivos relacionados ao acordo. As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas; e (ii) Empreendimento conjunto, direitos ao ativo líquido do acordo. As partes reconhecem seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial. A Administração avaliou os impactos das referidas normas e concluiu que não há efeitos nos investimentos atuais detidos pela Companhia.

- IFRS 12 – Divulgação de Participação em outras Entidades - inclui novas exigências de divulgações sobre todas as formas de investimentos em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, coligadas, entidades de propósitos específicos, em que uma entidade tenha envolvimento, cujo objetivo é permitir que o usuário das demonstrações contábeis possa avaliar a base de controle, as restrições sobre os ativos e passivos consolidados, a exposição a risco decorrente de envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas e o envolvimento de não controladores nas atividades de entidades consolidadas. A Administração avaliou os impactos das referidas normas e concluiu que não há efeitos nos investimentos atuais detidos pela Companhia.

- IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo - define valor justo e fornece orientações sobre como determinar o valor justo e exige divulgações sobre sua mensuração, aumentando sua consistência e diminuindo sua complexibilidade nas divulgações.

Estes pronunciamentos são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2013.

28 Eventos subsequentes – Normas emitidas pela SUSEP

Em 18/02/2013 foram publicadas várias normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, sendo as mais relevantes (a) as Resoluções CNSP Nº 280 e 283 de 30/01/2013, que tratam de subscrição e de capital de risco operacional, respectivamente, sendo que a norma de capital de risco operacional entra em vigor na data de publicação e a de subscrição tem prazo de adequação até 31/12/2013; e (b) Resolução CNSP Nº 281 de 30/01/2013 e Circular SUSEP Nº 462 de 31/01/2013, que institui regras para a constituição de provisões técnicas, com prazo de adequação até 31/12/2013. A Companhia está avaliando os impactos para tomar as ações necessárias para cumprimento dos prazos estipulados pelo órgão regulador.

Marítima Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Conselho de Administração

Francisco Caiuby Vidigal – Presidente
Álvaro Augusto Vidigal
Roberto Caiuby Vidigal
Mikio Okumura
Manabu Tsuchimura
Hiroyuki Yamaguchi

Diretoria

Francisco Caiuby Vidigal – Diretor Presidente
Francisco Caiuby Vidigal Filho – Diretor Vice-Presidente
Milton Belliza Filho – Diretor Adm. e Financeiro
Mikio Okumura – Diretor de Controles Internos
Mário Jorge Pereira – Diretor
Manfred Kautz – Diretor

Contador

Regivaldo José Dallemole
CRC 1SP137234/O-9

Atuário

Almir Martins Ribeiro
MIBA 707